

**Centralidade de Presidente Prudente - SP.
Uma análise de movimentos pendulares e sua
contribuição para estudos sobre cidades médias**



PRISCILA ESTEVAM ENGEL



Priscila Estevam Engel

Centralidade de Presidente Prudente - SP. Uma análise de movimentos pendulares e sua contribuição para estudos sobre cidades médias

Monografia apresentada ao Conselho de Curso de Geografia da FCT/UNESP, Faculdade de Ciências e Tecnologia, campus Presidente Prudente, para obtenção do título de bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Arthur Magon Whitacker

PRESIDENTE PRUDENTE

2012

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr.Arthur Magon Whitacker
(Orientador)

Prof. Dr. Eliseu Sáverio Sposito
(FCT/UNESP)

Dr. Márcio José Catelan
(FCT/UNESP)

Priscila Estevam Engel

RESULTADO: _____

Ao meu Pai e minha Mãe,
exemplos de amor e dedicação
Amo vocês!

Agradecimentos

Agradeço a Deus pelo dom da vida e por ter colocado pessoas maravilhosas no meu caminho, que faço questão de agradecer agora.

Um agradecimento especial aos meus pais Cleide e Ismael pelo amor, carinho que sempre dedicaram a mim, por me confortarem nos momentos de desespero e de incentivo sempre. Não deixando faltar nada na minha vida. Igualmente agradeço minha irmã Letícia pela força e cumplicidade.

À minha família, por todo o apoio, principalmente minha avó Ana, meus avós Luzia e Felizardo, minha tia Clemilda que nunca mediu esforços quando se tratava dos meus estudos, meus primos Mayara e Gustavo que são como irmãos pra mim, e minhas tias Marli e Roseli e meu primo Antônio.

Agradeço a Renata Sakurai, que fez coisas por mim que só uma irmã faria, pela convivência harmoniosa, as comemorações, os trabalhos, as brigas, por segurar minha mão quando eu precisava, enfim você sabe que faz parte da minha família.

As minhas amigas do Teçaíndá Carla Aquotti pela amizade e orações, a Iza Carol pelos mais de vinte anos de amizade e companheirismo.

Aos amigos Larissa, Fernando, Tomás, Taína e André, que apesar do pouco tempo de amizade, se tornaram meus melhores amigos, e transformaram meus últimos anos da faculdade os melhores da minha vida. Todas as amigas da arquitetura que me ajudaram nestes últimos dias da graduação Paulinha, Juliana, Maria e Priscila.

A todos que deixaram a minha vida em Prudente mais alegre, que fazem meu coração sorrir e que eu tenho orgulho de dizer que são meus amigos, Raquel, Renan, Ramon, Beatriz, Coala, Dida, Isabela, Gustavo, Heloisa, Fernanda, Renatinha, Natalia, Muriel, Marilúcia, Jimmy, Ricardo, Shinoby, Tiago e Vinicius.

Ao professor Eliseu Savério Sposito e o Márcio José Catelan que aceitaram o convite de participar deste momento tão importante para mim, fazendo parte da banca examinadora.

À Fundação de Amparo à Pesquisa – FAPESP que financiou o estudo que deu origem a este trabalho.

Por fim, quero agradecer de todo coração ao professor Arthur Magon Whitacker, pois sem ele não conseguiria cumprir mais esta etapa da minha graduação. Obrigada pela paciência, pela dedicação, pelos conselhos, por sempre acreditar no meu potencial e nunca deixar de me incentivar e sempre com as palavras certas nos momentos certos. Eu fui muito abençoada por ter encontrado um orientador como o senhor e sei que a amizade e os ensinamentos serão levados para toda a vida

Enfim agradeço a todos que diretamente ou indiretamente fizeram parte da minha universitária e a produção desta monografia que encerra mais um ciclo na minha vida.

Obrigada!!!!!!

RESUMO

A monografia apresentada tem como alvo principal analisar funções centrais de Presidente Prudente por meio da demanda e do alcance determinados pela oferta e distribuição de bens e serviços (postos de trabalho e instituições de ensino). Para tal finalidade, procurou-se explorar os fluxos diários de pessoas provenientes de municípios em processo de aglomeração com Presidente Prudente, assim como de outras localidades mais distantes, formando o que se reconhece como Movimentos Pendulares. As funções centrais das cidades médias têm aumentado significativamente na rede urbana brasileira, ocorrendo nesses espaços interações espaciais até então observadas com mais intensidade em metrópoles. No bojo dessa pesquisa, foi empreendida revisão bibliográfica a respeito do tema e levantamentos de dados, com destaque às informações contidas no estudo denominado Região de Influência das Cidades – Regic-IBGE, revelando articulações existentes entre os diferentes espaços urbanos analisados. Esta pesquisa é desenvolvida em nível de iniciação científica e contou com financiamento do CNPq e, atualmente, da FAPESP

Palavras-Chaves: Centralidade. Movimentos Pendulares. Cidade Média. 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente-SP.

ABSTRACT

The paper presented is aimed at analyzing the core functions of Presidente Prudente by demand and scope determined by the supply and distribution of goods and services (jobs and educational institutions). For this purpose, we tried to explore the daily flows of people from cities in agglomeration process with Presidente Prudente, as well as other more distant locations, forming what is recognized as Commuting movements. The core functions of medium-sized cities have increased significantly in the Brazilian urban network, spatial interactions occurring in these spaces with more intensity in metropolises. At the core of this research was undertaken literature review on the subject and preliminary surveys data, especially the data in the study called Region of Influence of Cities - Regic-IBGE, revealing joints between the various urban spaces analyzed. This research is developed in level undergraduates and was funded by CNPq and currently FAPESP

Key Words: Centralization. Commuting Movements. Intermediate City. 10ª Zone of Influence. Presidente Prudente-SP.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1-	Estado de São Paulo. Expansão da Estrada de Ferro Sorocabana.	19
FIGURA 2 -	Presidente Prudente. Localização no Estado de São Paulo.....	24
FIGURA 3 -	Regiões Administrativas do Estado de São Paulo.....	25
FIGURA 4 -	10ª Região Administrativa de Presidente Prudente.....	25
FIGURA 5 -	Padrões de interações espaciais e sua variabilidade espaço-temporal.....	45
FIGURA 6 -	Limites políticos administrativos dos municípios da 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente	78
FIGURA 7-	Terminal Urbano de Presidente Prudente. Linha de ônibus sentido Pirapozinho.	80
FIGURA 8 -	Presidente Prudente. Fluxo de veículos enfrente a UNOESTE.....	90
FIGURA 9 -	Presidente Prudente UNOESTE. Fila de ônibus.....	91
FIGURA 10-	Presidente Prudente UNOESTE campus II. Ônibus da Prefeitura de Regente Feijó.....	91
FIGURA 11-	Presidente Prudente. Proximidades da UNOESTE campus I. Ônibus de Martinópolis.....	92
FIGURA 12-	Presidente Prudente. Proximidades da UNOESTE campus I. Fila de ônibus municipais.....	92

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1-	Mesorregião de Presidente Prudente. População Residente segundo o Estado de origem	61
GRÁFICO 2-	Mesorregião de Presidente Prudente. Pessoas de cinco anos ou mais de idade que não residiam na Unidade da Federação em 31.07.2005, por lugar de residência em 31.07.2005	62
GRÁFICO 3 -	Número total de pessoal ocupado nas empresas em 2010	73

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1-	Níveis de Relação- REGIC 2000	48
QUADRO 2-	Níveis de relações- REGIC 2007	50
QUADRO 3-	Evolução hierárquica das cidades estudadas	52
QUADRO 4-	10ª Região Administrativa de Presidente Prudente-SP. População Residente Total. 1950 – 2010	55
QUADRO 5-	10ª Região Administrativa de Presidente Prudente-SP População Residente Urbana	57
QUADRO 6-	10ª Região Administrativa de Presidente Prudente-SP População Residente Rural	59
QUADRO 7-	10ª Região Administrativa de Presidente Prudente. Estabelecimentos e vínculos na agricultura em 2006	63

QUADRO 8-	10ª Região Administrativa de Presidente Prudente. Estabelecimentos e vínculos na indústria em 2006	65
QUADRO 9-	10ª Região Administrativa de Presidente Prudente. Estabelecimentos e vínculos no comércio e serviço em 2006	67
QUADRO 10-	Total de pessoal ocupado em Empresas no ano de 2010	70
QUADRO 11-	10ª Região Administrativa de Presidente Prudente. Local de trabalho	74
QUADRO 12-	Tempo de deslocamento de pessoas que trabalham fora de seu município.	76
QUADRO 13-	10ª Região Administrativa de Presidente Prudente-SP Total de pessoas que frequentam escola ou creche	81
QUADRO 14-	Número de escolas de educação básica na 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente-SP	82
QUADRO 15 -	Número de Instituições de ensino superior 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente-SP	84
QUADRO 16-	Pessoas que frequentavam escola ou creche dentro ou fora de seu município de residência	88

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS, MATERIAIS E TÉCNICAS.....	15
3	CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA: “A capela, o armazém e a estação”.....	18
4	REFERENCIAL TEÓRICO.....	26
	4.1 Migração.....	26
	4.2 Migração Pendular.....	31
	4.3 Cidades médias, redes urbanas e fluxos de população.....	35
	4.4 Análises de redes urbanas e os estudos promovidos pelo IBGE: Região de Influência das Cidades.....	47
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	54
	5.1 População.....	54
	5.2 Migração.....	60
	5.3 Economia.....	63
	5.4 Educação.....	81
6	CONCLUSÃO.....	93
7	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	95

1- INTRODUÇÃO

Centros urbanos possuem atração perante outros núcleos, geralmente de hierarquia inferior, expressando, assim, centralidades urbanas, que podem ser entendidas a partir dos fluxos de pessoas, de automóveis, informações, mercadorias, capitais, entre outros. Na escala da rede urbana e dos processos de aglomeração recai o principal foco desse trabalho, uma vez que, conceitualmente, é essa a dimensão dos deslocamentos pendulares.

Preocupou-nos compreender a centralidade a partir dos fluxos gerados pela oportunidade e/ou necessidade de consumo de bens e serviços, que atraem pessoas de toda uma região.

Neste contexto, as cidades médias tem sido objeto de muitos estudos devido a suas novas funcionalidades e aos seus papéis crescentes na rede urbana brasileira. Entretanto, na perspectiva dos movimentos migratórios cotidianos o foco das pesquisas tem, ainda, recaído majoritariamente sobre as regiões metropolitanas, indiscutivelmente palco de intensos fluxos pendulares.

Neste sentido, este trabalho visa, em síntese, analisar a centralidade de Presidente Prudente - SP a partir dos movimentos pendulares, contribuindo para o entendimento de como esse fenômeno se dá numa cidade média, que é referência regional num contexto de cidades de menor centralidade e porte, componentes da 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente, e também daqueles presentes na REGIC (2008) e em outras escalas analíticas.

Esta monografia teve seu ponto de partida em um projeto de pesquisa, fruto de uma disciplina ministrada pelo Prof. Ms Wagner Batella, que sugeriu o tema dos deslocamentos pendulares. Com um projeto de pesquisa ainda simplificado, apresentamos a proposta de um estudo mais elaborado ao orientador, Arthur Magon Whitacker, que o apoiou e fez melhorias no projeto inicial, submetendo-o à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) para financiar a pesquisa, que culminou na presente monografia.

Este recorte temático e espacial tem um significado especial para a autora desse trabalho, pois esta realizou por três anos movimentos pendular com finalidade de estudo em Presidente Prudente e convive com pessoas que fazem o mesmo movimento para o trabalho, com destino a uma cidade média.

A partir disso, escolhemos Presidente Prudente - SP como nosso recorte espacial por ser uma cidade média que possui vasta área de influência, se considerarmos a escala regional, além de interações sobre cidades distantes, como procuramos demonstrar utilizando-nos de dados do REGIC-IBGE, entre outros.

No âmbito da rede urbana brasileira e considerando o nível ensejado para uma monografia, propomo-nos, como objetivo geral, analisar a centralidade de Presidente Prudente sob a dimensão dos movimentos pendulares e contribuir para a utilização desse recorte analítico para o entendimento das cidades médias. Para tanto, tivemos como objetivos específicos: dimensionar e analisar os deslocamentos para estudo e trabalho que tem Presidente Prudente como destino; analisar a centralidade de Presidente Prudente na rede urbana regional a qual pode ser analisada por meio dos deslocamentos pendulares para estudo e trabalho no âmbito da rede urbana.

A partir de um referencial teórico e conceitual, detalhando e aperfeiçoando sistematizações e elaborando matrizes com os dados desses deslocamentos intermunicipais, pudemos revelar novas centralidades ou afirmar a centralidade de Presidente Prudente na absorção desses fluxos oriundos das áreas alimentadoras, assim como apontar indicativos da fragilidade da economia e disponibilidade de serviços nestas áreas, no que diz respeito às atividades e às ações relacionadas ao trabalho e estudo.

Ainda neste estudo, fez-se uma análise das cidades da região da 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente, localizada no oeste do Estado de São Paulo, que surgiram em decorrência do mesmo processo de ocupação.

No começo, as atividades desenvolvidas na região estavam completamente voltadas para a produção agrícola, porém suas funções foram se alterando, surgindo também uma diferenciação na rede urbana regional.

Essa região é composta por 53 municípios, com populações que variam entre 1.752 habitantes e 207.610 habitantes, nos quais há uma clara seletividade na localização de equipamentos urbanos e das atividades econômicas, havendo a valorização do espaço de algumas cidades em detrimento de outras.

A cidade de Presidente Prudente passou a apresentar maior centralidade e dinamicidade, perante outros municípios, ao incorporar diferentes papéis. Atualmente ela possui maior capacidade de oferecer serviços na área da saúde, educação, um comércio mais diversificado e apresenta o desenvolvimento de certas atividades industriais, capaz de articulá-la com outros centros urbanos fora da sua região de

influência, estas atividades culminaram em uma maior capacidade de atração populacional.

Ressalva-se que no âmbito das atividades terciárias, a prestação de serviços de Presidente Prudente é muito completa e complexa, pois são responsáveis por uma circulação intensa de pessoas entre as cidades da região e produz relações hierarquizadas. Em contrapartida, a produção no campo e as atividades industriais se tornam cada vez mais exogenamente determinadas, aumentando assim as interações espaciais.

No processo de transformação que as cidades enfrentaram e ainda enfrentam, observa-se que a perda de centralidade e de papéis são alguns dos impactos produzidos, ao passo que outras, de igual porte, dinamizam-se e têm aumento de funções, passando, em alguns casos, a polarizar as cidades do entorno.

Toda a região próxima a Presidente Prudente se originou por um processo de ocupação que teve por base a especulação fundiária, a produção agrícola (principalmente a executada nas pequenas e médias propriedades) e a implantação da ferrovia, por isso, a seguir, descrevemos o processo de ocupação do Pontal do Paranapanema.

Estruturamos este trabalho partindo de uma breve introdução contendo os objetivos da pesquisa, a hipótese a ser refutada ou não, o recorte espacial e uma noção dos temas que serão tratados durante o texto. No segundo capítulo, expomos os procedimentos metodológicos, materiais e técnicas utilizados para cumprir as etapas da monografia apresentada, baseada num levantamento bibliográfico, investigação, tratamento e análise de dados secundários. No terceiro capítulo formulamos uma contextualização histórica da região, com o foco em Presidente Prudente e como se desenvolveu ao passar dos anos em comparação as outras cidades da região, e seus limites atuais, tanto da 10ª Região Administrativa de Presidente, como dos municípios que fazem parte dela. Logo no quarto capítulo, apresentamos um referencial teórico, onde discutimos os principais temas da pesquisa como: migração, movimentos pendulares, cidades médias, interações espaciais. Utilizados os principais autores e a sua contribuição para o nosso estudo. A partir disso, temos o quinto capítulo, onde quantificamos os dados e informações coletados (tabelas, quadros, gráficos) e depois qualificamos tais dados. Por fim, concluímos o trabalho com uma revisão crítica a respeito dos objetivos propostos, as dificuldades encontradas no percurso da pesquisa e as conclusões.

2- PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS, MATERIAIS E TÉCNICAS

Para o desenvolvimento da pesquisa de iniciação científica, que resulta na presente monografia, foram percorridos alguns procedimentos metodológicos. O primeiro bloco compreendeu o embasamento teórico. Um segundo foi a análise das publicações da IBGE/REGIC (estes dois recortes estão presentes no capítulo 4, sobretudo). Um terceiro momento foi dedicado ao levantamento de dados secundários e sua sistematização (dispostos, em especial, no capítulo 5).

Foi feito um levantamento histórico e geográfico para compreender e entender a região de Presidente Prudente, com esforço de destacar como a cidade foi ganhando importância dentro de sua região, sendo hoje a maior cidade da região e sede da 10ª Região Administrativa que leva seu nome. Para tal feito foi utilizado Abreu (1972) Observar o capítulo 3.

Já no tocante ao referencial teórico (compreendendo boa parte do terceiro capítulo), foram utilizados estudiosos que puderam contribuir dando continuidade ao desenvolvimento da pesquisa a cerca das temáticas de migrações, movimentos pendulares, cidades médias, interações espaciais e redes urbanas. Para essa empreitada foram utilizados os seguintes autores:

- Sposito (1983), Beaujeu-Garnier (1971), Barcellos (1995) e Brumes (2010), para a discussão a respeito das migrações.
- Melchior (2012), Barcellos (1995), Bomtempo (2012), Moura, Castello Branco e Firkowski (2005), Barcellos e Jardim (2008) e outros artigos publicados em anais de eventos e publicações do Observatório das Metrópoles, dando procedimento ao tema das migrações pendulares.
- Corrêa (2007), Ferreira (2010), Brumes (2010), Sposito (2001), Maia (2010), Castelo Branco (2007) para debater a noção de cidade média.
- Dias (1995), Corrêa (1989), Sposito *et al* (2007) a respeito das redes urbanas
- Corrêa (1997), Catão, Reolon e Miyasaki (2010) , Catelan (2012) para a questão das interações espaciais.

No que se constitui parte do terceiro capítulo, apresentamos a discussão no que tange às publicações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Regiões de Influência das Cidades-REGIC (2008) que mostra a relação entre as cidades e área que polariza, apresentando uma possível hierarquia entre os centros urbanos. A REGIC tem dados para todo o território brasileiro, para a nossa pesquisa utilizamos somente os municípios do Estado de São Paulo dando destaque para os municípios que fazem parte da 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente.

A partir dos dados obtidos da REGIC (2000) e (2008) foram produzidas dois quadros onde as cidades estão classificadas por seu nível de centralidade. Observa-se que há diferença entre as classificações sendo a publicação de 2000 com a denominação de Máximo Muito Forte, Forte, Forte para Médio, Médio, Médio para Fraco, Fraco, Muito Fraco. Já em 2008, a publicação utilizou os níveis começando pela Grande Metrópole Nacional, Capital Regional A, Capital Regional B, Capital Regional C, Centros Sub-regionais A, Centros Sub-regionais B, Centros de Zona A, Centros de Zona B e, por fim, os Centros locais.

Com a organização dos dois quadros, pudemos traçar comparações da evolução hierárquica dos centros urbanos que fazem parte da 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente, nosso recorte espacial.

Dando continuidade aos procedimentos metodológicos, temos o levantamento de dados secundários em diferentes bancos de dados. Nosso levantamento utilizou o IBGE/Censo 2010, IBGE/CIDADES, Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados –SEADE, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA, Censo Escolar, *websites* das operadoras de linhas de ônibus Jandaia e Andorinha, das universidades com *campus* em algumas cidades da região e, por fim, *websites* de cada cidade da 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente (capítulo 5)

Como fonte de dados foram utilizados o banco de dados do Censo Demográfico de 2010, mais especificamente os Resultados Gerais da Amostra (microdados). Selecionando os dados sobre movimento da população, especificamente, o total de população que estuda/trabalha ou não no seu respectivo município. Também levantamos o tempo de deslocamento gasto para cada o trabalho e estudo que são o foco do nosso trabalho. Para cada variável foi estruturada um quadro com todos os municípios da região de Presidente Prudente.

O IPEA foi outro banco de dados acessado, com a finalidade de dar um panorama sobre a região, buscando sua análise a partir dos aspectos econômicos e sociais de cada cidade abordada. Primeiramente, foi analisada a variável população contendo a população total, rural e urbana nos anos de 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 1996, 2000, 2007 e 2010 para comparação do crescimento da população de cada cidade e também com a mesorregião.

O IPEA também nos forneceu dados sobre o número de estabelecimentos da indústria, comércio e serviços, bem como o pessoal ocupado na indústria, comércio e serviços a fim de se verificar a oferta e procura desses serviços. Foram elaborados quadros para tais variáveis.

No que diz respeito ao fluxo de pessoas por transporte coletivo, utilizamos dados disponíveis nos *websites* das principais operadores de linhas de ônibus, no caso estudado, as empresas Jandaia Transportes e Andorinha Transportes. Foi a partir delas, que obtivemos os itinerários que tinham como origem ou destino as cidades analisadas, deste modo percebemos qual a cidade com o maior fluxo e de onde vem este maior fluxo. No que diz respeito aos deslocamentos para estudo, seu foco recaiu ao número de estudantes que frequentam a escola dentro do seu município. Na Sinopse do Censo Escolar não se encontrou dados detalhados por cidade e sim dados mais gerais. Por isso foi realizado um levantamento de caráter empírico a fim de constatar a existência de estabelecimentos de ensino superior em nosso recorte espacial. Para isso foram consultados os *websites* de cada cidade e de cada instituição. Já a demanda do ensino fundamental e médio se deu via o banco de dados do IBGE/CIDADES.

Finalizando o nosso bloco de procedimentos metodológicos, temos os recém-publicados dados sobre migração, que foram obtidos do Censo Demográfico de 2010, para fim de analisar a população residente em cada município e o tempo que reside neste local e o município de origem.

3- CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA: “A capela, o armazém e a estação...”

A constituição do município de Presidente Prudente e o seu crescimento urbano se deu a partir de pioneiros que exploraram a região oeste do Estado de São Paulo, atualmente conhecida como pontal do Paranapanema, no contexto da expansão cafeeira no início do século XX.

O processo de incorporação efetiva à economia capitalista, com a expulsão ou submissão da população indígena original do Paranapanema – região compreendida a partir da cidade de Botucatu até as margens do rio Paraná – teve início em meados do século XIX com habitantes oriundos do Estado de Minas Gerais, atraídos, depois da decadência das minas, pelas terras de pastagens. José Teodoro de Souza, considerado o primeiro desbravador e grande detentor de terras da região, junto com seus familiares, dividiu as terras com seus conterrâneos mineiros seguindo o critério de “começar vendendo as terras próximas ao Rio Turvo e depois as que viessem mais além, progressivamente, de maneira que não ficassem grandes espaços livres ilhando os moradores”. (ABREU, 1972, p. 20).

No século XX, o café chegou ao extremo Oeste Paulista, modificando a dinâmica da região e aproveitando das benfeitorias já realizadas pelos mineiros. A existência de caminhos abertos, a quase total dizimação dos indígenas e a presença de alguns pequenos núcleos urbanos, aliados a boa fase do café no mercado internacional e aos sinais que de exaustão do solo no vale do Paraíba, serviram de ponto de apoio às plantações. Entretanto, os precursores mineiros constituíam-se em obstáculos para a obtenção de terras, sendo, então, necessário expulsá-los (ABREU, 1972). Essa cultura cafeeira valorizou e povoou a descoberta mineira, segundo Abreu (1972):

Esta segunda colonização foi feita de modo original, pois além dos proprietários das zonas cafeeiras mais antigas, que abriram novas fazendas aproveitando a boa situação do café, veio o negociante de terras para adquirir glebas com as quais pudesse especular com os que chegassem depois. (ABREU, 1972 p. 36)

Com a região do Pontal do Paranapanema realmente aberta e reconhecida, o avanço do café fez necessária a expansão da Estrada de Ferro Sorocabana (Figura 1), que interligou a região com São Paulo para o rápido escoamento da produção. Em 1914 a estrada de ferro atingiu a região do pontal e intensificou a procura por terras para o plantio. Abreu (1972) coloca que a cronologia da expansão cafeeira e o

prolongamento da Estrada de Ferro Sorocabana permitiu que se verificasse que esta foi fornecendo àquela um suporte fundamental. Principalmente, na Alta Sorocabana, a partir de Assis, houve um perfeito sincronismo quando não mesmo uma precedência.



Figura1: Estado de São Paulo. Expansão da Estrada de Ferro Sorocabana. 1875-1922

Extraído de: Abreu (1972)

Além dos cafeicultores das regiões mais antigas, vieram para a região negociantes de terras “que adquiriram glebas, as quais lotearam e puderam especular com os que os sucediam, pois procediam a venda de suas terras, através do loteamento delas.” (ABREU, 1972, p. 38). Por meio dos negociantes, foi possível a compra de terras, que a partir desse momento já se caracteriza como mercadoria, e a constituição de pequenas propriedades pelos colonos e suas respectivas famílias o que, somados às grandes propriedades dos cafeicultores, formou um cenário de grandes e pequenas propriedades. A partir desse momento, a vida da região já se inseriu dentro da lógica capitalista de produção.

Em 19 de janeiro de 1919, foram inauguradas as estações de Regente Feijó e Presidente Prudente em plena mata virgem. A ferrovia foi de suma importância tanto para o transporte de cargas, quanto de passageiros.

Ela significou o transporte rápido, seguro e barato para o café, a comunicação fácil com os centros grandes. No caso do extremo oeste de São Paulo, somam-se outras circunstâncias: a ferrovia foi a melhor maneira para os negociantes de terras levarem seus compradores em potencial a conhecerem as glebas; favoreceu a penetração, os loteamentos, a ocupação o aproveitamento do solo. (ABREU, 1972 p.38).

Como resultado dessa expansão da ferrovia e da busca por novas terras surgiram os municípios e seus distritos de paz, pois se multiplicaram os núcleos urbanos ao longo das ferrovias. Foi neste contexto que surgiu Presidente Prudente, fundada em 14 de setembro de 1917.

Presidente Prudente foi resultado de dois dos vários loteamentos originados de permuta de terras não reconhecida, mas que, por meio de práticas ilegais de falsificações, subornos, entre outros recursos, permitiram se conseguir o título da terra. O inicial foi o do Coronel Francisco de Paula Goulart, seguido pelo loteamento do Coronel José Soares Marcondes. O primeiro deles, de 1917, foi projetado por João Carlos Fairbanks, em contrato com Goulart, que então, no dia 14 de setembro, “mandou que derrubassem o mato e fizessem um arruamento” (Abreu, 1972, p.60). Logo após, foi empreendido o segundo loteamento, pelo Coronel Marcondes. Ambos tiveram como objetivo promover rapidamente a venda dos lotes, o que permitiu o rápido povoamento da cidade.

Com isso, surgiram os primeiros núcleos urbanos, as Vilas Goulart e Marcondes, respectivos nomes dos dois coronéis. Goulart e Marcondes foram os principais vendedores de terras da região na época e disputavam a hegemonia comercial e, futuramente, a política da cidade. A Vila Goulart situava-se na porção oeste do espigão central, na área da futura estação ferroviária, e a Vila Marcondes, que surgiria em meados de 1919, situava-se em sua porção leste. Abreu (1972) descreve o início da constituição de Presidente Prudente.

O novo município possuía uma área de cerca de 20.000 km² constituindo 8% da área total do Estado. Estava coberta na sua maior parte por espessa mata virgem. O dorso da área era percorrido pela Estrada de Ferro Sorocabana. Ao longo de seus trilhos, os povoados, ou melhor, dizendo, as estações, doze ao todo, algumas tendo em volta de si embriões de cidade. De maior destaque, só Indiana e Santo Anastácio. No momento da criação município, a cidade de Presidente Prudente contava com 580 casas. Agora, cabeça política administrativa da região, iria tomando cada vez mais a posição de Capital da Alta Sorocabana. (ABREU, 1972 p. 93).

O núcleo urbano foi criado para dar suporte à exploração agrícola com a cultura do café e os interesses fundiários, de compra e venda de terras. Estabeleceu-se, dessa forma, uma forte relação cidade-campo. Aos poucos, Presidente Prudente foi se consolidando como centro comercial e de beneficiamento da produção agrícola de toda a região da Alta Sorocabana.

A cultura do café perdurou na região até 1930, quando uma série de fatores, com destaque para a crise na bolsa de valores e os baixos preços obtidos no mercado, fizeram com que o café fosse substituído pelo cultivo do algodão. Com o passar do tempo, outras culturas foram sendo implantadas, como, por exemplo, o amendoim.

O desenvolvimento e a expansão das atividades agrícolas na região do pontal, sempre estiveram ligados à presença da Estrada de Ferro para o escoamento da produção para os grandes mercados consumidores. Entretanto, as estradas e os caminhos foram de suma importância, nos trâmites entre os agricultores, ou no transporte da produção por caminhões até a estação mais próxima e no deslocamento para o núcleo urbano, na maioria das vezes, Presidente Prudente. Abreu (1972) narra que o relevo não foi um empecilho para a abertura dos caminhos e estradas.

As condições do relevo da região Alta Sorocabana facilitaram a Presidente Prudente formar uma rede viária da qual se tornou o núcleo principal. Este setor sudoeste do planalto ocidental possui relevo de formas suaves onde predominaram largos e rebaixados espigões situados entre os afluentes do Rio Paraná e do Rio do Paranapanema. Não houve obstáculos maiores e o grande empecilho foi à derrubada da mata que recobria aquela região. Por outro lado, em direção a leste (Indiana, Jose Teodoro, Quatá) a abertura de caminhos e estradas foi facilitada pela existência de cerrados. (ABREU, 1972 p. 155).

Com a formação da rede viária, que tinha Presidente Prudente como um importante nó, a cidade exerceu forte papel de mercado abastecedor e receptor da produção dos núcleos ao seu redor. Com isso, a população do entorno se dirigia cada vez mais para este núcleo urbano para desfrutarem de serviços variados e para vender sua produção.

Segundo Abreu (1972), o desenvolvimento econômico da cidade se deu através da agricultura (principalmente a cultura do café e depois passa para o cultivo do algodão e outros), da pecuária, das indústrias (relacionadas com a agropecuária) e pelo comércio, pois a cidade se encontrava em um local estratégico para quem ia para o atual estado do Mato Grosso do Sul ou mesmo para São Paulo.

Deste modo, o município se aparelhou, cada vez mais, a fim de suprir as necessidades regionais. Abreu (1972) descreveu a consolidação de uma rede comercial simples, mas que já demonstrava um caráter terciário da economia local.

Alguns comerciantes eram originários da própria lavoura, tendo deixado depois de um bom ano agrícola para se estabelecer no comércio. Neste caso, ou continuavam com a propriedade e

tornavam-se comerciantes-agricultores ou liquidavam todas as suas ligações com a terra e fixavam-se totalmente numa atividade urbana. As lojas de secos e molhados, as farmácias, os bares, os açougues, os bazares, as lojas de tecidos ou estabelecimentos que englobavam todas as atividades eram montadas com pequeno capital e com muito crédito obtido com as firmas fornecedoras, geralmente, da Capital. (ABREU, 1972 p. 175).

O autor ainda ressaltou a implantação de uma filial das Casas Pernambucanas, em 1928, revelando a importância comercial que Presidente Prudente estava adquirindo.

Dentre as outras localidades da Alta Sorocabana, Presidente Prudente já era destaque, tanto na prestação de serviços quanto na urbanização do núcleo urbano. Abreu (1972) ressalta o caráter de pólo catalizador diante dos desmembramentos dos outros núcleos. “Presidente Prudente já estava aparelhada para oferecer melhores serviços, deixando os municípios criados na mesma posição de subordinação de quando pertencia politicamente a cidade”.

Com a elevação de Presidente Prudente sucessivamente a distrito, município e comarca, com a criação de órgãos de administração pública-coletora estadual e federal, delegacias regionais de polícia e de ensino, inspetor da Estrada de Ferro Sorocabana-e com a criação de Grupos Escolares, formou-se um contingente de funcionários municipais, estaduais e federais que juntamente com os profissionais liberais- médicos, advogados, engenheiros, dentistas, farmacêuticos- davam movimentação econômica rotineira à cidade durante a semana, pois o sábado e o domingo eram os dias em que o “pessoal da roça” vinha fazer compras e utilizar-se de serviços. (ABREU, 1972 p.207).

Favorecida pela expansão da zona agrícola, a população aumenta significativamente: de 846 habitantes em 1920 saltou para 12.637 habitantes em 1940, mostrando cada vez mais a posição de destaque na região. Passando de um núcleo urbano em meio à mata virgem, para uma cidade relativamente urbanizada para os padrões da época segundo o mesmo autor.

Por fim, o autor levanta os principais pontos que fizeram com que Presidente Prudente, se desenvolvesse e se destacasse em detrimento das cidades da região, mostrando assim uma centralidade que pode ser vista até os dias de hoje.

Dotada desde cedo de instituições administrativas (distrito de policial, distrito de paz, município e comarca), religiosas e de prestação de serviços como médico e o escolar, Presidente Prudente tornou-se paulatinamente centro regional da Alta Sorocabana, o que contribuiu para a multiplicação de empreendimentos urbanos. A expansão da

industrialização na Capital Paulista liquidou as pretensões da pequena indústria prudentina que se esboçara nos primeiros tempos, mantendo-se o caráter essencialmente comercial, administrativo e de prestação de serviços que caracterizou o núcleo urbano desde a sua formação. (ABREU, 1972 p.332).

Presidente Prudente, desde a década de 1920, já apresentava uma autonomia político-administrativa e uma função de polarização regional, situação que exhibe ainda hoje. Isto se deve não apenas ao seu desenvolvimento, mas ao fato da pouca influência que as demais cidades, núcleos urbanos ainda menores, tinham sobre a área, sem poder concorrer com o comando regional de Presidente Prudente.

A cidade personaliza e estrutura a rede urbana regional através da distribuição de serviços à região, hierarquizando os demais centros que suprindo as necessidades das respectivas áreas de influência e administrando muitas vezes os produtos primários produzidos na agricultura e na pecuária da região.

O município de Presidente Prudente (figura 2) está localizado na porção Oeste do estado de São Paulo. O município é composto por cinco núcleos: Presidente Prudente (sede), Eneida, Montalvão, Ameliópolis e Floresta do Sul, distritos. Limita-se ao norte com os municípios de Flora Rica, Florida Paulista e Martinópolis; ao sul com Pirapózinho e Regente Feijo; ao leste com Caiabú e a oeste com Alfredo Marcondes, Álvares Machado e Santo Expedito.



Figura 2: Presidente Prudente. Localização no Estado de São Paulo.

Fonte: IBGE (2010)

Compõe, com mais 53 cidades, a Região Administrativa, na qual é o município sede. Esta Região está dividida em três Regiões de Governo: Presidente Prudente, Adamantina e Dracena. Sua Mesorregião é a de Presidente Prudente, a qual é composta por 54 municípios, subdividida em três Microrregiões, Presidente Prudente, Adamantina e Dracena. A Microrregião de Presidente Prudente possui 30 municípios. A representação das Regiões Administrativas e de Governo do Estado de São Paulo pode ser visualizada na figura 3.

Para que possamos conhecer melhor esta região (figura 4), precisamos de um arcabouço teórico, construído com o decorrer da pesquisa e apresentado na forma de um breve referencial teórico. A partir deste, serão discutidas as principais práticas existentes no recorte temático.



Figura 3: Regiões Administrativas do Estado de São Paulo
 Extraído: Instituto Geográfico e Cartográfico



Extraído: 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente.
 Fonte: Instituto Geográfico e Cartográfico

4- REFERENCIAL TEÓRICO

Para embasarmos nosso trabalho, perante a ciência geográfica, dividimos em temas e seus respectivos autores para facilitar a compreensão do leitor para averiguar a importância de tais noções para desenvolvimento da pesquisa.

4.1 Migração

Damos início a nossa discussão partindo da ideia que centra a nossa pesquisa: o movimento. Preocupa-nos os movimentos migratórios, movimentos pendulares, enfim os deslocamentos de população. Becker (1997) expõe que.

Os deslocamentos de população em contextos variados e envolvendo ao longo do tempo escalas espaciais diferenciadas conferiram complexidade crescente ao conceito de mobilidade como expressão de organizações sociais, situações conjunturais e relações de trabalho particulares. A cada nova ordem política mundial correspondeu uma nova ordem econômica com a emergência de novos fluxos demográficos. (BECKER, 1997, p.319)

O fenômeno das migrações tem sido alvo de estudos em várias ciências, como na Demografia, onde são mais difundidas metodologias de análise, na Sociologia e vem tomando força na Geografia, como é o caso do nosso estudo.

A Organização Internacional para as Migrações – OIM expõe os principais conceitos sobre a temática migração, sendo que esta seria:

Migração: movimento de população para o território de um outro Estado ou dentro do mesmo que abrange todo movimento de pessoas, seja qual for o tamanho, sua composição ou suas causas; inclui a migração de refugiados, pessoas deslocadas, pessoas desarraigadas, migrantes econômicos (OIM p. 2)

Dentre tantos tipos de migrante descritos pela OIM, o migrante econômico se aproxima da temática do estudo em vigor, por retratar as pessoas que se deslocam em busca de melhores condições econômicas, enquadrando os movimentos diários de migração. Para tal temos:

Migrante econômico: pessoa que, tendo deixado seu lugar de residência ou domicílio habitual, busca melhorar suas condições de vida num país diferente daquele de origem. Este termo se distingue de “refugiado” que foge por perseguição ou do refugiado de fato que foge por violência generalizada ou violação massiva dos direitos

humanos. (...) Da mesma forma, o termo se aplica às pessoas que se estabelecem fora de seu país de origem pela duração de um trabalho sazonal ou temporário, chamadas de “trabalhadores temporários” ou sazonais (OIM p. 2)

Podemos dizer que, as pessoas que se deslocam pelo espaço geográfico, independentemente de serem temporários ou permanentes, são chamadas de migrantes e este tipo de prática pode ser definido como migração.

Os movimentos migratórios podem ser de caráter definitivo, quando há um rompimento definitivo com o país, estado ou município de origem. Porém, podem ser temporárias, não havendo um rompimento completo e definitivo com o local de origem e não se estabelecendo um vínculo permanente no local de destino. Assim que as condições permitirem, elas podem retornar.

Outra classificação acerca das migrações diz respeito às migrações internas ou nacionais e migrações externas ou internacionais. A primeira seria quando o deslocamento ocorre dentro do próprio território nacional, entre estados ou municípios diferentes. Já no segundo caso, o movimento migratório é de um país para outro, sendo necessário o cruzamento de fronteiras.

Sposito (1983) utiliza as palavras de Beaujeu-Garnier (1971) para abordar a mobilidade humana, considerando que.

o homem é uma criatura móvel, capaz de investigar, suscetível à sugestão e dotada de imaginação e iniciativa. Isso explica a razão pela qual, tendo concebido a ideia de que suas necessidades podem ser satisfeitas alguns lugares, decide não só ir a esse lugar como, também, sobre os meios por que seu projeto pode ser realizado. (BEAUJEU-GARNIER (1971 p. 199) *apud* SPOSITO, 1983, p.27)

O mesmo autor completa a ideia de mobilidade do homem revelando alguns condicionantes.

Em outras palavras, é a constatação de mobilidade histórica do homem, condicionada pelos diferentes modos de produção que as relações sociais elaboram ao longo do tempo. Essa mobilidade depende das condições locais - além das determinações externas - no momento histórico da decisão dessa movimentação ou não e também depende da complexidade da arrumação em classes sociais da população do lugar. (SPOSITO, 1983, p 25)

O fenômeno das migrações tem sido um elemento importante na compreensão de processos de urbanização e suas consequências para a problemática urbana,

fenômeno este que não é exclusivo da sociedade moderna, ocorrendo também em tempo pretéritos.

No contexto nacional, o processo de ocupação de nosso país está fortemente ligado a história de migrações, como sistematizou Brumes (2010).

A história das migrações para e no Brasil é, de certo modo, a história do próprio país. Decorrer do tempo, ele foi povoado por centenas de povos com línguas, tradições culturais e religiões diferentes. As causas das migrações, especialmente das que chegavam da Europa aparentemente se ligavam à combinação entre fatores de atração (novas oportunidades) e fatores de expulsão na terra de origem (crises econômicas, conflitos internos, questões políticas e perseguições). (BRUMES, 2010.p 24 e 25)

Os pólos são áreas onde se concentram os fatores de atração, e os pólos de expulsão são áreas de crescimento demográfico baixo. Conforme podemos constatar em Barcellos, a despeito da compreensão um tanto datada de que as áreas de expulsão, em geral, se caracterizam por serem rurais ou pouco urbanizadas e de que as áreas de atração sejam cidades grandes ou metrópole, Barcellos (1995) afirma que.

[...] estudos trabalham fundamentalmente com o conceito de movimentos, ou fluxos migratórios, enquanto correntes populacionais que se deslocam de uma área configurada como de expulsão (em geral rural ou pouco urbanizada) para uma área de atração (uma grande cidade ou metrópole). São consideradas como áreas de expulsão aquelas com fraco crescimento demográfico e de atração as que, ao contrário, apresentam altas taxas de incremento populacional [...] Como correspondentes dos conceitos de atração e expulsão aparecem os de origem e destino dos fluxos, ou seja, locais caracterizados como de alta frequência enquanto pontos de chegada e de saída de migrantes, estando referidos, em geral, aos municípios, estados ou regiões do País. Na realidade, não há diferenciação de conteúdo entre essa dupla denominação: trata-se de encontrar os lugares de onde provêm e para onde se dirigem os migrantes. (BARCELLOS, 1995, p.298-99)

Além disso, podemos salientar que não houve uma época exclusiva de migração onde um local foi sempre área de atração e outro de expulsão. Essa lógica muda com o passar dos anos, seguindo os estímulos internos e externos, como podemos ver em Sposito (1983)

Historicamente, as migrações no Brasil aconteceram em momentos diferentes derivados de mobilidade vinculada a economia primária de exportação, quando o latifúndio, a mão de obra escrava, os sistemas extensivos e predatórios de utilização da terra, foram os elementos estruturais responsáveis pelo caráter instável da população. E outros elementos, como os deslocamentos provocados pelo estímulo

externo e os excedentes de mão de obra agrícola criados na Europa pela Revolução Industrial, e posteriormente, quando da implantação da economia industrial no país, apresentando uma “discrepância regional entre o crescimento demográfico e o crescimento econômico (SPOSITO, 1983, p 29 e 30)

Brumes (2010) diz que as ‘migrações, em nosso país, têm um caráter acentuadamente compulsório. O migrante é sujeito expropriado e, por isso, forçado a uma peregrinação constante em busca de trabalho, renda e melhores condições de vida’. Barcellos (1995) concorda com esta idéia e vai mais a além nos dizendo que.

Podemos observar, em síntese, que, até a década de 70, a grande questão no que diz respeito às migrações era o êxodo rural, e, em termos teóricos, a conhecida equação que relaciona modernização agrícola/estrutura fundiária com industrialização/marginalidade, enquanto bases da extraordinária urbanização do período pós 60, dava os fundamentos para uma interpretação macroestrutural do problema. Hoje, temos uma realidade predominantemente urbana, e as análises mostram uma redução no ritmo de emigração do campo, bem como o aparecimento ou crescimento de outros centros ao lado das metrópoles. (BARCELLOS, 1995, p.298)

O ato de migrar não é algo tão simples, um deslocamento entre uma área de expulsão e uma de destino. Há muitas particularidades que envolvem essa prática, Brumes (2010) discorre sobre essas particularidades.

A migração deve ser também entendida a partir da análise da importância das instâncias sociais, políticas e culturais, ou seja, a partir do deslocamento de uma ênfase do processo de produção do espaço abstrato, do espaço econômico do espaço da produção, do espaço da indústria, a uma maior ênfase ao espaço colocado para a reprodução coletiva. Isto porque a mobilidade crescente da população, diante de um processo de urbanização extensiva no território, como um todo, acaba potencializando e redefinindo os movimentos populacionais em duas escalas, a saber, em escala local (aumentando enormemente os movimentos intra-regionais, micro-regionais) e na escala macro-regional (integração do território diante do processo de alargamento das funções urbano-industriais). (BRUMES, 2010, p 54)

Sposito (1983) também argumenta que a migração não é um ato mecânico e não depende somente da opção do indivíduo de migrar ou não.

De forma geral, então, as causas mais gerais (estruturais) mobilizam os indivíduos às migrações, sendo que poucos motivos dependem do espírito do indivíduo. Mas pode-se sintetizar este raciocínio assim: os motivos são o resultado dos efeitos ou dos fatores discutidos acima da posição e disposição do indivíduo dentro do seu grupo social; enfim dentro de uma classe. Não é uma consequência apenas da consciência em si, mas dos atos da vida que determina a

consciência, neste caso coincidindo com o próprio indivíduo, real e vivo. O indivíduo, a consciência e os motivos para a migração estão em relação e oposição direta aos fatores de mudança e de estagnação, pois se determinam e são determinados, através das relações das pessoas e dos grupos sociais com os meios de produção dos bens necessitados e criados para suprir as necessidades criadas pelo ser humano ou inerentes à sua natureza. (SPOSITO, 1983. p 53)

No Brasil, os fluxos de migração nos mostram uma dinamicidade ao longo do século XX, sendo resultado de transformações muito relevante para a sociedade, que deixou de ser predominantemente rural e passa a ser urbano. Pois, em nosso país, os grandes fluxos migratórios tinham como destino os grandes centros urbanos. Dados sistematizados por BRUMES (2010) indicam que nos últimos quarenta anos os principais fluxos eram:

[...] do Nordeste para o Centro-Sul do país (especialmente São Paulo e Rio de Janeiro); do Nordeste para a região da Amazônia Legal; e uma terceira, mas recente e ainda não esgotada, do Sul do país (sobretudo do Rio Grande do Sul e do Paraná) para o Centro-Oeste e Norte do país, que no caso dessa última, os fluxos referem-se à expansão da fronteira agrícola. (BRUMES, 2010, p 61)

Na atual conjuntura da lógica capitalista de produção, o deslocamento está cada vez mais presente na vida do trabalhador, a fim de vender sua força de trabalho. A migração surge como uma solução para a busca de melhores condições de vida, pois comumente a região de destino oferece uma maior oferta de emprego, de infraestrutura entre outros benefícios e com as melhorias nos meios de transporte esse deslocamento fica ainda mais comum e a necessidade de se morar na mesma cidade que se trabalha e estuda diminui cada vez mais, como coloca Barcellos (1995)

As novas condições, hoje dominantes, permitidas pelo desenvolvimento tecnológico em termos dos avanços nos meios de comunicação e pela implantação de infra-estrutura no território nacional, bem como o decorrente incremento da circulação de informações, conduziram o País a um outro patamar de "fluidez do espaço", trazendo possibilidades extremamente ampliadas de mobilidade das populações. (BARCELLOS, p.298)

Diante dessa fluidez do espaço, as migrações pendulares cresceram ao redor das áreas metropolitanas e ganham força nas áreas de influência das cidades médias, indo de encontro com o objeto de nossa pesquisa.

Outras formas e escalas de mobilidade ainda poderiam ser lembradas. Como por exemplo, os movimentos pendulares intrametropolitanas para trabalho e/ou estudo, assim como os deslocamentos intraurbanos de caráter residencial. Esses refletem também a expansão e a multiplicação dos espaços focais da pobreza e da violência: o rearranjo do tecido urbano em função das mudanças no tecido social (BECKER, 2007, p. 322)

Como vimos, a história da nossa região está ligada com a chegada dos migrantes. Oriundos de outros estados como Minas Gerais, ou de outras regiões do Estado de São Paulo mesmo, os motivos para os deslocamentos são inúmeros, sempre ligados ao contexto econômico do país atrelados às condições locais. Tal exposição sobre as migrações é importante, pois os movimentos pendulares são tipos de migração em menor escala, em que a pessoa não se instala definitivamente no local de destino, voltando todos os dias para o local de origem, como um movimento de um pêndulo e essa prática é vista nos dias atuais em nossa região de estudo.

4.2 Migração Pendular

O estudo das migrações pendulares permite entender relações que se desenvolvem entre municípios. A mobilidade populacional é um agente definidor do espaço urbano, graças à dinâmica dos diferentes grupos sociais que se deslocam diariamente para realizarem funções de trabalho, estudo e lazer, fora de seu município de residência.

Verificam-se, ainda, uma maior diversidade de configurações do fenômeno, sobressaindo-se movimentos sazonais e novas modalidades migratórias, como os movimentos pendulares e a migração de retorno, e, em termos gerais, um aumento das migrações de curta distância. (BARCELLOS, p.305)

O deslocamento pendular é voltado para trabalho e/ou estudo, isto é, uma migração caracterizada pela não fixação no local de destino, é um deslocamento diário, chamado de pendular, pois lembra o movimento de vai e vem de um pêndulo. Tais movimentos não são foco de muitos estudos, como destaca Venâncio e Souza (2012) em seu estudo sobre a migração pendular em Bela Vista do Paraíso - PR.

Nos estudos sobre deslocamentos populacionais, são poucos os voltados à migração pendular, por isso destaca-se a importância de uma análise sobre esta modalidade e estudos que abarquem essa modalidade de migração diária, para maior compreensão desse arranjo espacial, pois a migração é um fenômeno que ocorre frequentemente na contemporaneidade com raízes históricas marcantes. É um processo de mobilidade constante em um movimento de vai e vem que ocorre em locais de atração ou expulsão populacionais, sendo espontâneas ou forçadas. (VENÂNCIO E SOUZA, 2012 p. 2)

Como já exposto anteriormente, as idas e vindas de pessoas, sobretudo no espaço urbano metropolitano, pode-se evidenciar as relações entre a configuração sociocultural e territorial, o processo de urbanização, o mercado de trabalho e a estrutura produtiva vigente.

Na organização do território, a distribuição de funções entre cidades engendra movimentos populacionais importantes, sobretudo com o entorno. São os denominados movimentos pendulares, que envolvem deslocamento do local de residência para outro lugar, onde são realizadas as atividades de trabalho e/ou estudo. Em geral, esses deslocamentos ocorrem no interior de aglomerações urbanas, envolvendo a existência de polaridades, no sentido de que certas localidades concentram atividades econômicas e equipamentos e, por consequência, oportunidades, principalmente de trabalho. (BARCELLOS E JARDIM, 2008, p.2)

Melchior (2012), em seus estudos na baixada fluminense, destaca os movimentos pendulares em direção à cidade do Rio de Janeiro e descreve que.

Com isso, depreende-se que as migrações pendulares, intra-metropolitanas estão relacionadas à estrutura do modo capitalista de produção que é seletivo e excludente e faz com que o espaço urbano seja produzido coletivamente, porém, apropriado seletivamente. [...] Depreendemos então, que não só o capital determina as relações de trabalho, indicando ao trabalhador para quais áreas deve se deslocar, também determina as regiões onde este trabalhador pode morar, levando-os às áreas periféricas da cidade ou da metrópole, destituída de infra-estrutura e dos equipamentos urbanos necessários. A mobilidade de trabalhadores, de consumidores, de capitais, de idéias e de mercadorias obedece à ordem deste modo de produção e formam um conjunto de dinâmicas que tornam maiores as condições de reprodução de capital. (MELCHIOR, 2012, p. 1 e 2)

A compreensão da migração pendular e seus efeitos no espaço, nas relações socioespaciais e na configuração das atividades econômicas, está diretamente ligada

à qualidade dos equipamentos essenciais para uma satisfatória qualidade de vida dos trabalhadores, estudantes e outros indivíduos que realizam tal deslocamento, seja no local de origem ou no lugar de destino.

Os movimentos migratórios, principalmente os movimentos pendulares, eram vistos particularmente nas áreas metropolitanas, mas com o aumento das funções e papéis das cidades médias e das possibilidades de mobilidade da população, estas passaram a ser destino mais frequente de tais movimentos. Com isso, os deslocamentos pendulares deixam de ser um fenômeno restrito às metrópoles.

Constata-se o predomínio dos fluxos de sentido urbano—urbano e uma redução do êxodo rural, com uma perspectiva de crescimento das cidades de porte médio. O crescimento da agroindústria, a urbanização das novas fronteiras, os grandes projetos voltados para os recursos naturais criaram, no País, alternativas distintas frente à situação das grandes metrópoles. O melhor desempenho da agricultura também contribuiu para um maior poder de retenção, ou até de atração, de pequenos núcleos urbanos do Interior. (BARCELLOS 1995, p.305)

Bomtempo (2012) concorda com a ideia desses novos fluxos migratórios em direção às cidades médias.

Para nós, o período atual, em que predomina a dispersão das atividades econômicas no território, favorecidas pela ampliação das redes técnicas materiais e imateriais que intensifica o fluxo de mercadorias, informações e força de trabalho, necessita de análises que permitam novas interpretações. O estudo dos movimentos migratórios presentes em cidades médias é um exemplo dos novos processos em curso no Brasil, pois de acordo com Andrade et. All (2000), até a década de 1980, os fluxos migratórios mensuráveis no território brasileiro, eram de grandes distâncias percorridas, em direção, sobretudo às metrópoles, já que eram cidades que concentravam e centralizavam grande parte dos empregos disponíveis nos setores da indústria, do comércio e dos serviços (BOMTEMPO, 2012, p.2)

Como podemos notar, Bomtempo faz um panorama geral e atualmente se faz um maior incentivo quanto à políticas públicas, para alavancar o desenvolvimento de algumas regiões fora das áreas metropolitanas, conforme visto na citação a baixo.

No período atual, as políticas públicas com foco à dinamização regional e o desenvolvimento de redes de informações e transportes contribuem para que haja uma dispersão das atividades econômicas pelo território, bem como uma maior mobilidade de trabalhadores a fim de se inserir no mercado de trabalho, sobretudo formal. Muitas vezes o deslocamento ocorre para lugares que até a década de 1990 não eram focos de atração de mão de obra, já que cidades de

diferentes portes foram inseridas nessa nova lógica produtiva, gerando assim novas dinâmicas e fluxos. (BOMTEMPO, 2012, p.6)

Diariamente, os indivíduos são forçados a migrar, pois as opções de emprego em seus locais de moradia podem não ser suficientes ou adequados à demanda, o que se intensifica caso não haja possibilidade de se morar na cidade pólo, revelando, assim, desigualdades entre os municípios resultantes da economia capitalista. Não se pode, em contrapartida, ignorar os fluxos pendurales ocasionados pela população residente na área de captação que passa a trabalhar em outra cidade, em geral, buscando outras condições de moradia.

Estes fluxos materializam-se, também, no âmbito das cidades médias, como afirma Bomtempo (2012):

Para se fazer a análise tendo como perspectiva a totalidade, é fundamental considerar que ao longo do tempo o modo capitalista de produção, seleciona lugares para se concentrar e centralizar, gerando assim, dinâmicas econômicas e territoriais diferenciadas. Diante do exposto, acreditamos que o estudo das cidades médias não pode ser efetuado de maneira isolada. É preciso considerar os processos e as relações que se configuram entre os agentes, no espaço e no tempo, de maneira inter e multiescalar. Sendo assim, a análise da distribuição e da mobilidade de população em múltiplas escalas demonstra serem variáveis importantes, que somada a outras, permite-nos entender as dinâmicas existentes no território, materializadas na escala da cidade média. (BOMTEMPO, 2012, p. 3)

Essa interação entre as diferentes escalas e o aumento de fluxos de pessoas nos remetem, assim, aos movimentos pendulares. Podemos denominar movimento pendular o deslocamento diário das pessoas de suas residências para os respectivos locais de trabalho ou de estudo. As autoras Moura, Castello Branco e Firkowski (2005, p.121) destacam:

Na atualidade, verifica-se que esses deslocamentos ocorrem entre distâncias cada vez maiores entre a origem e o destino, revelando o avanço do processo de ocupação do espaço das aglomerações urbanas. As centralidades dessas áreas tornam-se nítidas e permitem a identificação de processos seletivos de uso e apropriação do espaço, com segmentação dos locais de moradia e de trabalho. (MOURA; CASTELLO BRANCO; FIRKOWSKI, 2005, p.121)

Moura, Castello Branco e Firkowski (2005) acrescentam que “A mobilidade tem relação direta com os transportes e estes com a dimensão e segmentação da cidade.

Revigora-se, então, a necessidade de inserção dos ‘deslocamentos diários’ ou, como definem alguns autores, das ‘migrações pendulares’” (MOURA; CASTELLO BRANCO; FIRKOWSKI, 2005, p.123). Com as melhorias nos meios de transporte a distância entre o local de moradia e o local de trabalho podem ser cada vez mais longínquos. O fator distância é relativizado para o trabalhador de uma cidade se deslocar para outra diariamente.

Toda esta exposição, pode nos auxiliar na compreensão do que ocorre na Região de Presidente Prudente, onde a população vai à busca de melhores condições de trabalho, e na maioria das vezes estas oportunidades não se encontram em seu município, tal discussão será mais bem explanada com a análise dos dados levantados sobre número de estabelecimentos existentes em cada cidade da região em questão. Este movimento da população para finalidade de estudo ou trabalho também será que evidenciado com os dados, mostra que cada vez mais a população se desloca para trabalhar ou estudar em outro município. Para absorver esta população em movimento, o município de atração deste, deve desempenhar funções importantes na rede urbana, dispor de equipamentos e estabelecimentos para tentar suprir as necessidades dos seus próprios moradores e os da região, e Presidente Prudente tem esse suporte para isso, desempenhando seu papel de cidade média como veremos na discussão a seguir.

4.3 Cidades médias, redes urbanas e fluxos de população.

No Brasil, nas últimas décadas, houveram transformações profundas em muitos espaços urbanos. Presenciou-se uma aceleração dos processos de urbanização e industrialização e melhorias nos sistemas de transporte e de comunicação. Essas transformações fizeram com que novos centros fossem incorporados à economia nacional e até mesmo global.

Neste contexto, numerosos centros sofreram transformações e um destaque é dado às novas funções que as cidades médias adquirem na rede urbana brasileira, pois processos e fenômenos antes restritos às metrópoles, ou a elas identificados, passam a ser observados também nas cidades médias. No Brasil, a partir de meados da década de 1960, no âmbito do recém-criado sistema de planejamento que pretendia incluir a dimensão espacial nas políticas governamentais, a exemplo dos pólos de desenvolvimento e das regiões-programa, estabeleceu-se a noção de “cidade de porte

médio”, barreiras receptoras contra as correntes migratórias em direção aos centros metropolitanos. (CORRÊA, 2007, p 27)

O Estado teve participação neste processo, desenhando estratégias específicas para os centros urbanos de porte médio como, por exemplo, o I e II Planos Nacionais de Desenvolvimento – PND, 1972-74 e 1974-78, respectivamente, com uma sequência de medidas no âmbito do planejamento urbano e regional. O Programa Nacional de Apoio às Capitais e Cidades de Porte Médio (PNCCPM), 1974-1978, era parte integrante do II PND, por meio da Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana do Ministério de Planejamento (CNPUP) da época, compondo um conjunto de medidas para o reforço dos lugares centrais e uma maior articulação entre diferentes escalas. (FERREIRA, 2010, p.25)

Para cada região a estratégia se adequou a especificidades. Por exemplo, a estratégia primordial para a Região Sudeste era diminuir o crescimento das metrópoles (São Paulo). Para tal feito, dentre outras ações, destacamos a dinamização e diversificação de funções dos centros de porte médio, por exemplo, promovendo-se a desconcentração industrial procurando direcionar esse processo a outras regiões e centros urbanos paulistas.

Brumes (2010, p.111) escreve que, segundo as diretrizes gerais do Programa Nacional de Capitais e Cidades Médias, oriundas do II PND, os centros intermediários apresentavam estruturação, funções e características diferenciadas. Assim, pensava-se em centros com funções de desconcentração (alternativas para São Paulo e Rio de Janeiro) e centros com funções de dinamização (presentes nas regiões tidas com características desenvolvimentistas).

Tanto capitais regionais não consideradas metropolitanas, quanto as cidades classificadas naquele estudo como de porte médio se enquadravam nesta distinção. Considera-se, no âmbito de nossa pesquisa, que alguns destes centros urbanos podem ser entendidos como cidades médias, o que mereceria discussão específica.

Há certa confusão, ou uso sem distinção, dos termos Cidade Média e Cidade de Porte Médio. Isso pode decorrer do fato de que cidades com papéis de intermediação venham sendo classificadas de acordo com o seu porte demográfico. Certamente, pode-se considerar que uma cidade com um número razoável de habitantes teria mais chances de desempenhar determinadas funções características de cidades médias e, assim, exercer influência e polarização sobre sua hinterlândia.

No entanto, há que se distinguir porte demográfico de capacidade de intermediação. O termo Cidade Média requer análise mais complexa a partir das funções e papéis que a cidade desempenha na rede urbana. Já o termo “cidade de porte médio” caberia ao critério demográfico.

Sposito (2001) salienta que a definição de Cidade Média implica no estudo dos papéis desempenhados por estas, para que esse aspecto prepondere sobre o do tamanho demográfico. Ainda neste raciocínio, a autora explicita que o enfoque funcional é um dos parâmetros mais completos para se caracterizar uma cidade média, pois se associa à definição de seus papéis regionais e ao potencial de se comunicar e articular com outros espaços. Num contexto marcado pelas facilidades de transporte e comunicação, a cidade média exerce um papel de polo, visto que se ampliam as possibilidades de acesso a um mercado diferenciado. Portanto, verifica-se que o que condiciona uma cidade média, antes de tudo, são suas relações com os espaços próximos e distantes. (SPOSITO, 2001, p.635-636).

Corrêa (2007, p.1) escreve que “sua particularidade reside no pressuposto de uma específica combinação entre tamanho demográfico, funções urbanas e organização de seu espaço intraurbano, por meio da qual se pode conceituar a pequena, a média e a grande cidade, assim como a metrópole”.

Corrêa (2007, p.23) também argumenta que o termo Cidade Média “ainda é expressão vaga, aberta a múltiplos significados e impregnada do idealismo que a concebe como um ideal a ser alcançado, apresentando as vantagens da pequena cidade sem ter, contudo, as desvantagens das grandes”. O mesmo autor destaca a relação entre o tamanho, a função e o espaço intraurbano para fins de classificação entre as cidades, como vemos a seguir.

Tamanho demográfico significa, para um mesmo contexto regional de renda e padrão cultural, maior ou menor economia de escala, envolvendo a cidade e seu espaço de atuação, possibilitando maior ou menor desenvolvimento de funções urbanas ou atividades não-básicas, direcionando essencialmente para fora da cidade, e de atividades não-básicas, voltadas essencialmente para o consumo da própria cidade. A partir dessa relação é possível definir e identificar a pequena, média e grande cidade e a metrópole. (CORRÊA 2007, p 24)

Compartilhando da mesma ideia, o inverso pode acontecer. Com o aumento de alguma função urbana este centro pode se desenvolver, aumentar sua população e, assim, alcançar um *status* mais elevado que a sua situação atual. Com isso o autor

resume a ideia de que “quanto maior o tamanho demográfico e mais complexas as atividades econômicas, particularmente as funções urbanas, mais fragmentada e, por conseguinte, mais articulada será a cidade” (CORRÊA 2007, p.24).

Há dificuldades quando se trata da conceituação de uma cidade média “a primeira gira em torno do tamanho absoluto, a segunda tem como foco a escala espacial de referencia e a terceira, o recorte temporal considerado” (CORRÊA 2007, p.25).

Diversos autores compartilham da mesma noção de cidade média. Maia (2010), nesse sentido, sintetiza:

Dessa forma, a noção de cidade média aqui adotada corresponde às cidades que apresentam uma concentração e centralização econômicas expressivas, provocadas pela confluência do sistema de transporte, podendo ser reconfiguradas pela incorporação de novas atividades do setor agropecuário que, por sua vez, redefinem a indústria, o comércio e os serviços. No quadro urbano brasileiro, as cidades ora consideradas médias, embora apresentem similaridades, revelam diferenças tanto em sua estrutura como em sua dinâmica. (MAIA, 2010, p. 23)

Compactuando desta mesma ideia, Castelo Branco (2007) identifica a cidade média como um nó da rede urbana, dizendo que.

Neste sentido, é importante identificar este universo de cidades. As cidades médias constituem nós da rede urbana e servem a sua área de influência como pontos de prestação de serviços em escala regional. Seu tamanho populacional e área de atuação variam segundo características geográficas das regiões onde estão inseridas. (CASTELO BRANCO, 2007, p.90)

Toda a discussão sobre a noção de cidade média se adequa a Presidente Prudente, pois a cidade dispõe da maioria das características expostas acima. Desde o tamanho populacional relacionado com a realidade regional, até as funcionalidades que uma cidade deve ter para ser classificada como média. Presidente Prudente se constitui como um nó na rede urbana, sendo um centro de atração com um complexo setor de comércio e serviços diferentes do que se encontra na região, e ainda trazendo um amplo leque de possibilidades para trabalho e estudo.

Assim, as cidades médias se caracterizariam por uma complexa articulação entre o tamanho demográfico, funções urbanas e organização do seu espaço urbano. Para isso, desenvolvem funções de distribuição e intermediação, sendo dotadas de

uma série de infraestruturas coletivas, com destaque para a comunicação e o transporte que são duas faces da mobilidade que pressupõem a existência de redes.

A história da constituição da rede urbana brasileira é marcada pela associação entre processo de urbanização e processo de integração do mercado nacional. A eliminação de barreiras de todas as ordens constituía a condição primordial para integrar o mercado interno, pois esta integração pressupunha a elevação do grau de complementariedade econômica entre diferentes regiões brasileiras. À presença inicial das ferrovias e das rodovias, que irrigavam o país em matérias-primas e mão-de-obra, se superpõem, na atualidade, os fluxos de informação – eixos invisíveis certo -, mas que se tornaram uma condição necessária a todo movimento de elementos materiais entre as cidades que eles solidarizam. (DIAS, 1995, p.150)

A autora escreve que as redes férreas tinham “em suma um projeto de integração territorial, integração de mercados regionais, pela quebra de barreiras físicas, obstáculos à circulação, de mercadorias, de matérias-primas, mas também de capitais”. (DIAS, 1995, p.145). Todos estes processos para serem viabilizados implicaram estratégias, principalmente estratégias de circulação e de comunicação, que foram criando formas espaciais e se intensificando.

Corrêa (1989, p.8) compreende as redes urbanas como um conjunto de centros funcionalmente articulados, tanto nos países desenvolvidos como subdesenvolvidos, que reflete e reforça as características sociais e econômicas do território, sendo uma dimensão socioespacial da sociedade. As inúmeras diferenças entre as redes urbanas dos países desenvolvidos e dos subdesenvolvidos não se constituem em anomalias, mas são somente expressão da própria realidade em suas diferentes complexidades.

Para compreender tais diferenças, vários geógrafos se dedicaram ao estudo das redes urbanas, questionando sobre o número, tamanho e a hierarquia em que estão incluídos tais centros. A Teoria das Localidades Centrais, formulada pelo geógrafo alemão Walter Christaller, em 1933, “constituiu a mais fértil e conhecida base teórica sobre o tema”. (CORRÊA, 1989, p.20)

Essa teoria se propõe a explicar a forma como os diferentes lugares se distribuem no espaço. Segundo esta teoria, um lugar central (um centro urbano) fornece um conjunto de bens e serviços a uma determinada área envolvente (área de influência). Cada um destes lugares centrais pode ser classificado hierarquicamente em função da quantidade e diversidade de bens e serviços que fornecem a sua área de influência. Partindo do princípio de que as pessoas procuram o lugar central mais

próximo para se abastecerem e que os fornecedores seguem o princípio económico de maximização do lucro, os lugares centrais e as respectivas áreas de influência tendem a dispor-se no espaço segundo uma malha hexagonal. Corrêa (1989) ainda discute dois conceitos muito importantes para a teoria de Christaller afirmando que:

Christaller define ainda outros conceitos, o de alcance espacial máximo (*maximum range*) e o de alcance espacial mínimo (*minimum range threshold*). O primeiro refere-se à área determinada por um raio a partir da localidade central: dentro desta área os consumidores efetivamente deslocam-se para a localidade central visando a obtenção de bens e serviços. A área em questão constitui a região complementar. Para além dela os consumidores deslocam-se para outros centros que lhe estão mais próximos, implicando isto menores custos de transporte. O alcance espacial mínimo, por sua vez, compreende a área em torno de uma localidade central que engloba o número mínimo de consumidor e que são suficientes para que uma atividade comercial ou de serviços, uma função central, possa economicamente se instalar (CORRÊA, 1989, p.21)

Segundo Corrêa (1989, p.21), para Christaller existem princípios gerais que regulam o número, tamanho e distribuição dos núcleos de povoamento: grandes, médias e pequenas cidades, e ainda minúsculos núcleos semi-rurais, todos considerados como localidades centrais. Todas são dotados de funções centrais, isto é atividades de distribuição de bens e serviços para uma população externa, residente na região complementar (hinterlândia, área de mercado, região de influência), em relação à qual localidade central tem uma posição central. A centralidade de um núcleo, por outro lado, refere-se ao seu grau de importância a partir de suas funções centrais: maior número delas, maior a sua região de influência, maior a população externa atendida pela localidade central, e maior a sua centralidade. (CORRÊA, 1989 p.21)

Tal teoria nos remete aos estudos de rede urbana que temos e fundamenta, em grande medida, os estudos oficiais do IBGE, como a REGIC, que será tratado em etapa posterior do texto. Compreende-se que, com a consolidação da rede urbana brasileira, as cidades médias ganharam peso relevante e alguns autores as denominam como um importante nó no sistema urbano.

Uma cidade média, que é também um lugar central na hierarquia regional, dispõe de expressiva localização relativa, constituindo-se em foco de vias de circulação e efetivo nó no tráfego, envolvendo

pessoas, capitais, informações e expressiva variedade e quantidade de mercadorias e serviços. (CORRÊA 2007, p.30).

Sposito *et al* (2007, p.37) complementou a ideia compreendendo que a importância de uma cidade média tem relação direta com a área sobre qual ela é capaz de exercer influência ou, em outras palavras, a distância a partir da qual alguém estará disposto a se deslocar até uma cidade média para nela ter acesso ao consumo de bens e serviços, numa clara referência às concepções de alcance espacial, no entanto, veremos, ao aprofundarmos a análise, avanços no que tange à ideia inicial de Christaller sobre hierarquia.

Trata-se de rede hierarquizada na qual o centro nodal de maior nível hierárquico tem uma localização central. Circundando-o estão centros de níveis hierárquicos inferiores dispostos sistematicamente e controlando, cada um, inúmeros centros de hierarquia ainda menor. As interações espaciais, vinculadas na formação christalleriana à distribuição varejista de bens e serviços, obedecem à hierarquia dos lugares centrais, havendo muito pouco ou nenhuma interação entre os centros de mesmo nível hierárquico. Em realidade, a rede de lugares centrais combina características das redes solar e dendrítica, sendo, entretanto, mais complexa. [...] Inúmeras são as redes geográficas organizadas segundo o padrão em pauta. No Oeste paulista a rede de lugares centrais em torno de Bauru, constitui-se um exemplo (CORRÊA, 1997, p.310)

Nesse sentido, podemos considerar a melhoria nos sistemas de transportes e telecomunicações ampliando o dinamismo da região em que se encontra a cidade média, pois com a diminuição dos custos com transportes, a população das cidades do entorno podem se dirigir as cidades médias, que têm uma maior oferta de equipamentos comerciais e serviços, com maior facilidade.

Essa ampliação decorre de novos componentes do meio técnico-científico-informacional, definidos por Santos e Silveira (2001) como causadores de maior fluidez no território. Essa fluidez coloca as noções de alcance espacial aludidas em um novo patamar, ampliando a região de influência das cidades, e, por conseguinte, levando a uma dupla condição: incremento dos papéis e funções das cidades médias e levando à constituição de redes urbanas mais complexas, combinando elementos de hierarquia urbana com elementos não hierárquicos, como apontados por Camagni (1993).

Sempre articulando os temas, as cidades médias são importantes “nó” na rede urbana regional e até mesmo nacional, como já exposto a cima, por isso se faz necessária uma pequena discussão sobre as redes urbanas. As redes são as formas

por onde as práticas acontecem, e a cidade de Presidente Prudente está no centro de uma dessas redes, pois é onde tem um maior fluxo de pessoas, mercadorias e informações e de lá espalhadas para a região de influência que se constituem nas cidades da 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente, muitas vezes extrapolando estes limites.

Não podemos abordar o conceito de rede e não dar espaço para discussão a respeito das interações espaciais para se entender o movimento da sociedade.

É através de redes geográficas, isto é, localizações articuladas entre si por vias e fluxos, como aponta Kansky (1963), que as interações espaciais efetivamente se realizam a partir dos atributos das localizações e das possibilidades reais de se articularem entre si. (Corrêa 1997, p. 306)

O movimento se torna aqui uma categoria para análise das interações e como se dá no tempo e espaço.

As interações espaciais expressam o movimento dado entre o espaço e o tempo. É a partir do “movimento”, enquanto uma categoria analítica, que podemos chegar a uma maior compreensão das relações entre elementos espaciais e temporais, por meio da interação entre os agentes e as dinâmicas capazes de transformar o arranjo espacial. (CATELAN, 2012, p.28)

O conceito de movimento está presente na maioria das definições de estudiosos sobre interações espaciais. Catão, Reolon e Miyasaki (2010) fazem um resgate do tema interações espaciais, com a origem do nome e a difusão dessa temática em obras como Johnston; Gregory; Smith, (1981), que explicam a Teoria de Edward Ullman, até os estudos atuais, com Corrêa (1997) um dos autores que mais se dedicou aos estudos das interações espaciais nos últimos anos. Ao se referirem a Edward Ullman, os autores afirmam que.

Um dos grandes méritos atribuídos à concepção acadêmica do referido autor diz respeito ao fato de que muitas formas de interação são interdependentes. O fluxo de migrantes para uma determinada área geográfica, por exemplo, muito provavelmente estimulará subsequentes fluxos, inclusive de retorno, de natureza comercial, ou de passageiros, de dinheiro, de informação, dentre outros (JOHNSTON; GREGORY; SMITH, 1981 *apud* CATÃO, REOLON E MIYASAKI, 2010 p. 232)

Johnston; Gregory; Smith, (1981, *apud* CATÃO, REOLON E MIYASAKI, 2010) compreendem que o estudo sobre interações, se faz muito importante para conhecer as interdependências entre duas ou mais áreas geográficas, sendo estas, “adjetivos de local, lugar, região etc., assim como caberia pensar em áreas geográficas ao se referir a unidades político-territoriais, como distritos, municípios, comunas, províncias, estados, países, continentes, blocos econômicos etc.” (CATÃO, REOLON E MIYASAKI, 2010 p. 232)

A noção de interações espaciais que orientou a formulação do termo foi forjada, inicialmente, com base no estudo dos fluxos de mercadorias, porém, também se reconhece que a interdependência entre duas ou mais áreas geográficas pode ser caracterizada em função do movimento de bens diversos, passageiros, migrantes, dinheiro, informação, ideias etc. (JOHNSTON; GREGORY; SMITH, 1981. *apud* CATÃO, REOLON E MIYASAKI, 2010 p. 232)

A noção de interações espaciais pode ser relacionada com a noção de cidade média, onde há um intenso fluxo material e imaterial entre as cidades da sua hinterlândia.

As interações espaciais constituem um amplo e complexo conjunto de deslocamentos de pessoas, mercadorias, capital e informação sobre o espaço geográfico. Podem apresentar maior ou menor intensidade, variar segundo a frequência de ocorrência e, conforme a distância e direção caracterizarem-se por diversos propósitos e se realizar através de diversos meios e velocidade (CORRÊA, 1997, p. 279).

As interações espaciais não são homogêneas, muito pelo contrário elas mudam segundo algumas características descritas por Catão, Reolon e Miyasaki (2010) a seguir.

Vários aspectos podem influenciar a configuração e articulação desses padrões, que podem variar de acordo com as razões de natureza social, econômica, política e cultural. Cada conjunto de interações apresenta um comportamento que pode mudar em função das especificidades e propósitos dos fluxos: migrações por motivo de trabalho ou estudo, circulação de mercadorias e consumidores, deslocamentos para o lazer e recreação etc. (CATÃO, REOLON E MIYASAKI, 2010 p. 235)

Ligado a isso, Corrêa (1997) ressalta que a sociedade está em constante transformação e complexificação, refletindo assim nas interações espaciais.

As interações espaciais devem ser vistas como parte integrante da existência (e reprodução) e do processo de transformação social e não como puros e simples deslocamentos de pessoas, mercadorias, capital e informação no espaço. No que se refere à existência e reprodução social, as interações espaciais refletem diferenças de lugares face às necessidades historicamente identificadas. No que concerne às transformações, as interações espaciais caracterizam-se, preponderantemente, por uma assimetria, isto é, por relações que tendem a favorecer um lugar em detrimento de outro, ampliando as diferenças já existentes, isto é transformando os lugares (CORRÊA, 1997, p. 280).

Tal valorização de lugares em detrimentos de outros, pode ser entendidos pelos diferentes padrões de interações espaciais, pois podem variar no tempo e no espaço articulando-se e complementando-se.

Os diferentes padrões de interações espaciais derivam de um amplo conjunto de razões nas quais uma delas tende a ter maior peso. Assim, a natureza social e econômica da hinterlândia, expressa em termos de estrutura fundiária, relações de produção, desenvolvimento tecnológico das atividades produtivas, sua diversificação, natureza e finalidade, é decisiva, influenciando a densidade demográfica e a renda de seus habitantes. (CORRÊA, 1997, p.296)

Corrêa (1997) apresenta os principais padrões de interações baseados na variabilidade no espaço e no tempo, descrito a seguir e ilustrado com a figura 5 a adiante.

As interações em tela, contudo, tendem a caracterizar parcela importante das interações espaciais atuais. Caracterizam, por exemplo, interações dos lugares centrais, pontos focais da vida econômica, social, cultural e política de áreas próximas, as suas hinterlândia com as quais diversos tipos de interações espaciais são realizados. (CORRÊA, 1997, p.298)

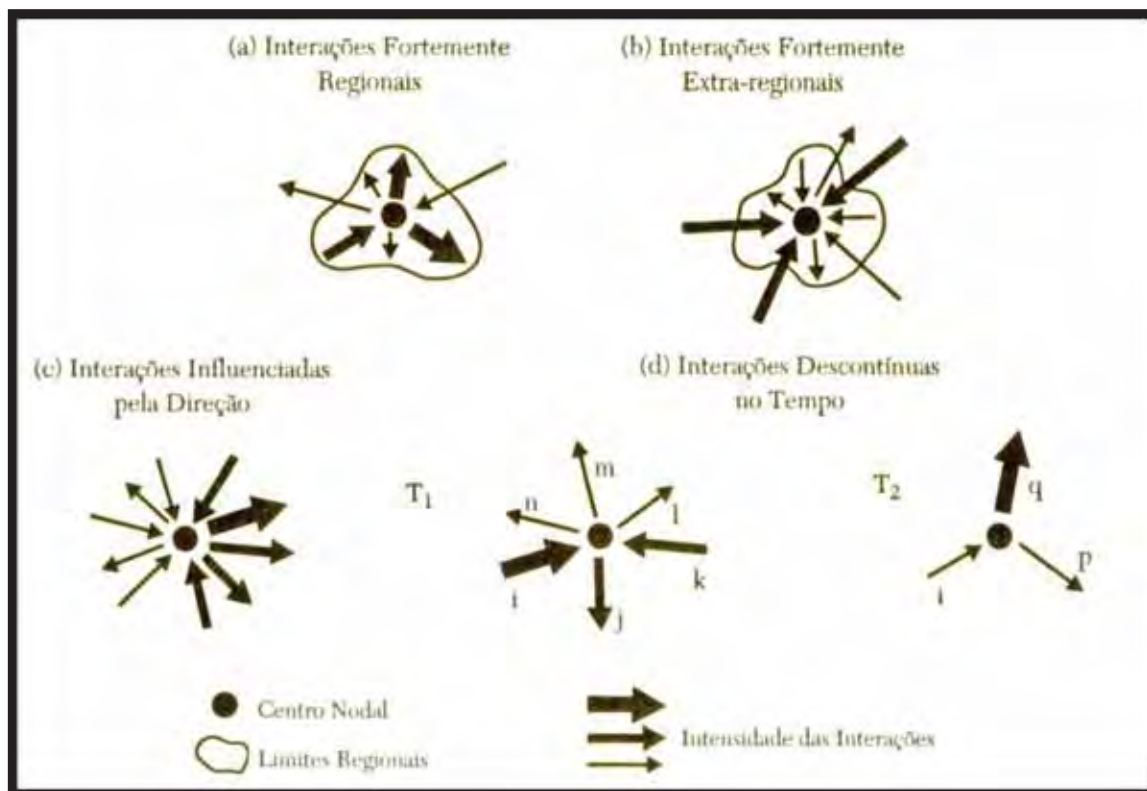


Figura 5: Padrões de interações espaciais e sua variabilidade espaço-temporal
 Extraído de: CATÃO, REOLON E MIYASAKI, 2010. Adaptado pelos autores de Corrêa (1997)

Como já salientamos acima, as interações se combinam em si, e dificilmente se excluem, pois em uma situação caracterizada por interações fortemente regionais (Figura 5a) podem ser verificadas influencias direcionais (Figura 5c) e, simultaneamente, descontinuidades no tempo (Figura 5d)

As interações espaciais fortemente regionais se devem também à força de inércia das localizações estabelecidas no passado, em um momento em que a distancia desempenhava, mais que atualmente, papel mais determinante nas interações espaciais. Implicava isto localizações próximas entre si, a exemplo das diversas concentrações espaciais da atividade industrial e da urbanização, que originaram aquilo que se denomina de “core área”, onde os centros urbanos ai localizados tendem a manter relações mais intensas entre si do que com centros externos. (CORRÊA, 1997, p.299)

Atualmente com o advento das novas tecnologias de transporte e telecomunicações a disseminação destes padrões faz com que as distâncias sejam cada vez mais relativizadas. Deste modo:

O avanço tecnológico também minimiza o papel da distância nas interações espaciais. É isto que, sistematicamente, tem ocorrido de modo crescente a partir da Revolução Industrial, viabilizando interações mais rápidas e mais eficientes, envolvendo cada vez mais maiores volumes de mercadorias a distancias maiores e em menor tempo e custo. (CORREIA, 1997, p.302)

Como podemos observar, a discussão sobre as interações espaciais não pode ser negligenciada ao tratarmos das migrações pendulares, que são o objeto do estudo desenvolvido aqui.

As migrações em suas diversas formas (definitivas, sazonais, pendulares etc.), as exportações e importações entre países, a circulação de mercadorias entre fábricas e lojas, o deslocamento de consumidores aos centros de compras, a visita a parentes e amigos, a ida ao culto religioso, praia ou cinema, o fluir de informações destinadas ao consumo de massa ou entre unidades de uma mesma empresa são, entre tantos outros, exemplos correntes de interações espaciais em que, de uma forma ou de outra, estamos todos envolvidos. (CORREIA, 1997, p.279)

Assim, a compreensão do incremento das interações espaciais e das possibilidades e necessidades de que elas ocorram tanto relaciona a abordagem das migrações pendulares com as cidades médias quanto permitem que se observe a complexificação dos papéis e funções por estas desempenhadas. Este quadro encontra-se em mudança em nosso país, o que pode ser lido tanto pelo viés das análises da rede urbana, quanto pelo viés dos deslocamentos populacionais, ambos relacionados, portanto. As interações espaciais abrangem muitas ações, como descreve o autor a cima. E Presidente Prudente está envolvida em todas elas, mas o nosso foco está entorno do deslocamento de trabalhadores e estudantes que tem a cidade como destino. Com o desenvolvimento das tecnologias em meios de transportes, o tempo de deslocamento tem diminuído como podemos analisar nos dados sobre o tempo de deslocamento para o trabalho, na parte de resultados e discussões. Com isso, as interações entre as cidades podem ser cada vez mais rápidas e complexas, podendo ser visto na região em questão, onde Presidente Prudente atuando como lugar central, tem fortes interações com as cidades da sua hinterlândia.

Um importante instrumento de análise destes dois recortes vem sendo desenvolvido em nosso país pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, que será analisado no próximo tópico.

4.4 Análises de redes urbanas e os estudos promovidos pelo IBGE: a Região de Influência das Cidades.

Perante a dinâmica e a diversidade de interações entre as cidades e regiões no Brasil, e visando a compreensão das mesmas, alguns estudos foram elaborados, a fim de identificar tipologias e propor classificações em nível nacional. Preocupamo-nos, em especial, com uma destas publicações, a “Região de Influência das Cidades – 2007” elaborado pelo IBGE (2008)

O estudo sobre as Regiões de Influências das Cidades é realizado periodicamente pelo IBGE, sendo que o primeiro empreendido em 1967, denominado de “Divisão do Brasil em Regiões Polarizadoras”, atualizado em 1972, pelo estudo “Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas”. Em 1987, a série de estudos passou a se chamar “Regiões de Influência das Cidades”, realizados em 1987, 1993, publicado em 2000, e em 2007.

Neste estudo, estabeleceu-se, inicialmente, uma classificação dos centros e, a seguir, foram delimitadas suas áreas de atuação. Na classificação, privilegiou-se a função de gestão do território, avaliando níveis de centralidade do Poder Executivo e do Judiciário no nível federal, e de centralidade empresarial, bem como a presença de diferentes equipamentos e serviços. (REGIC, 2008, p.11)

A partir dessa metodologia, o estudo da REGIC-2000 expôs uma nova hierarquia dos centros urbanos brasileiros e demarcou a região de influência destes centros, com o intuito de subsidiar o planejamento estatal e as decisões quanto à localização das atividades econômicas de produção, consumo privado e coletivo, bem como prover ferramentas para o conhecimento das relações sociais vigentes e dos padrões espaciais que delas emergem.

Assim, o estudo classificou os centros urbanos com os níveis: Máximo, Muito Forte, Forte, Forte para médio, Médio, Médio para fraco, Fraco, Muito Fraco. Segundo a REGIC (2000) o padrão de cada nível é:

- Máximo: com nove cidades e um padrão metropolitano.
- Muito Forte: com 24 cidades e um padrão predominantemente submetropolitano.

- Forte: com 35 cidades e um padrão predominantemente de Capital Regional.
- Forte para Médio: com 108 cidades e um padrão de Centro Sub-regional
- Médio: com 141 cidades tendendo a Centro Sub-Regional
- Médio para fraco: com 195 cidades com padrão predominantemente de Centro de Zona ou (Centro local)
- Fraco: com 250 cidades tendendo a Centro de Zona ou (Centro Local)
- Muito Fraco: com 3.733 cidades com padrão de municípios subordinados.

O estudo realizado pela REGIC é de âmbito nacional, como podemos ver, mas para o nossa pesquisa utilizamos somente os municípios do Estado de São Paulo, dando destaque no nível hierárquico dos municípios que fazem parte da 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente, utilizando-nos das duas últimas duas publicações da REGIC com finalidade de comparação dos níveis das cidades em anos diferentes. Com os dados da REGIC (2000) temos o seguinte quadro 1

Nível de Centralidade	Cidades
Máximo	São Paulo
Muito Forte	Bauru Campinas Marília Presidente Prudente Ribeirão Preto São José do Rio Preto
Forte	Jaú Piracicaba São José dos Campos Sorocaba
Forte para Médio	Araçatuba Araraquara Assis Barretos Botucatu Bragança Paulista Catanduva Franca Itapetininga Jundiaí Ourinhos Santos São Carlos São João da Boa Vista
Médio	Adamantina Andradina Avaré Bebedouro Cruzeiro Dracena Fernandópolis Guaratinguetá Itapeva Itararé Jaboticabal Limeira Lins Presidente Venceslau Registro Rio Claro Tatuí Tupã Votuporanga
Médio para Fraco	Amparo Araras Barra Bonita Batatais Birigui Ituverava Jales Lorena Moji-Mirim Orlândia Paraguaçu Paulista Penápolis Piraju Pirassununga Santa Fé do Sul São Joaquim da Barra São José do Rio Pardo Tietê
Fraco	Capão Bonito Caraguatatuba Casa Branca Espírito Santo do Pinhal Garça Guaíra Ibitinga Itapira José Bonifácio Lençóis Paulista Matão Mococa Mogi Guaçu Monte Aprazível Monte Azul Paulista Nova Granada Olímpia

	Osvaldo Cruz Porto Ferreira Presidente Eptácio Rancharia Santa Cruz do Rio Pardo Santo Anastácio São Manuel Serra Negra Taquaritinga Vargem Grande do Sul
Muito Fraco	Diversos núcleos urbanos, dentre eles os municípios que fazem parte da 10° R.A de Presidente Prudente

Quadro 1: Níveis de Relação- REGIC 2000

Fonte: IBGE/REGIC, 2000. Org: Engel, P.E 2012

Presidente Prudente assumiu um papel centralizador próprio de uma cidade média. Como podemos ver no quadro anterior, construído com informações do REGIC, Presidente Prudente faz parte da rede urbana que tem como metrópole nacional São Paulo. Entretanto, é o único centro urbano do Oeste Paulista que possui centralidade “muito forte”. Outras cidades como Adamantina, Dracena e Presidente Venceslau são as únicas que apresentaram uma centralidade “média”, cidades estas que distam mais de 50 quilômetros de Presidente Prudente. Já Presidente Eptácio, Rancharia e Santo Anastácio possuem centralidade “fraca” e as demais cidades da região apresentaram centralidade “muito fraca”. Exemplificando assim a centralidade que Presidente Prudente exerce em sua hinterlândia.

Já em outra publicação, a REGIC 2007 classificou as cidades em cinco grandes níveis, por sua vez subdivididos em dois ou três subníveis, que serão descritas a seguir.

- **Metrópoles** – são os 12 principais centros urbanos do País, que se caracterizam por seu grande porte e por fortes relacionamentos entre si, além de, em geral, possuírem extensa área de influência direta. Estas foram subdivididas em **Grande metrópole nacional** – São Paulo; **Metrópole nacional** – Rio de Janeiro e Brasília; **Metrópole**: Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia e Porto Alegre.
- **Capital regional** – integram este nível 70 centros que, como as metrópoles, também se relacionam com o estrato superior da rede urbana. Com capacidade de gestão no nível imediatamente inferior ao das metrópoles, têm área de influência de âmbito regional, sendo referidas como destino, para um conjunto de atividades, por grande

número de municípios. Como o anterior, este nível também tem três subdivisões. **Capital regional A** – constituído por 11 cidades com medianas de 955 mil habitantes e 487 relacionamentos; **Capital regional B** – constituído por 20 cidades, com medianas de 435 mil habitantes e 406 relacionamentos; **Capital regional C** – constituído por 39 cidades com medianas de 250 mil habitantes e 162 relacionamentos.

- **Centro sub-regional** – integram este nível 169 centros com atividades de gestão menos complexas, predominantemente entre os níveis 4 e 5 da gestão territorial; têm área de atuação mais reduzida, e seus relacionamentos com centros externos à sua própria rede dão-se, em geral, apenas com as três metrópoles nacionais. **Centro sub-regional A** – constituído por 85 cidades, com medianas de 95 mil habitantes e 112 relacionamentos; e **Centro sub-regional B** – constituído por 79 cidades, com medianas de 71 mil habitantes e 71 relacionamentos.
- **Centro de zona** – nível formado por 556 cidades de menor porte e com atuação restrita à sua área imediata; exercem funções de gestão elementares. Subdivide-se em: **Centro de zona A** – 192 cidades, com medianas de 45 mil habitantes e 49 relacionamentos **Centro de zona B** – 364 cidades, com medianas de 23 mil habitantes e 16 relacionamentos.
- **Centro local** – as demais 4 473 cidades cuja centralidade e atuação não extrapolam os limites do seu município, servindo apenas aos seus habitantes, têm população predominantemente inferior a 10 mil habitantes (mediana de 8 133 habitantes).

Com os dados desta publicação, construímos outro quadro, a fim de salientar os níveis hierárquicos de cada centro urbano, com a proposta de classificação diferente.

Nível de Centralidade	Cidades
Grande Metrópole Nacional	São Paulo
Capitais Regionais A	Campinas
Capitais Regionais B	Ribeirão Preto e São José do Rio Preto
Capitais Regionais C	Araraquara, Araçatuba, Bauru, Piracicaba, Presidente Prudente , Santos, São José dos Campos, Sorocaba.

Centros Sub-regionais A	Barretos, Botucatu, Catanduva, Franca, Jaú, Limeira, Ourinhos, Rio Claro, São Carlos, São João da Boa Vista.
Centros Sub-regionais B	Andradina, Araras, Avaré, Bragança Paulista, Guaratinguetá, Itapetininga, Itapeva, Registro.
Centros de Zona A	Adamantina , Amparo, Birigui, Cruzeiro, Dracena, Fernandópolis, Ituverava, Jales, Jundiaí, Lins, Mogi Guaçu, Olímpia, Penápolis, Santa Fé do Sul, São José do Rio Pardo, Tatuí, Tupã, Votuporanga.
Centros de Zona B	Aparecida, Apiaí, Auriflama, Bariri, Barra Bonita, Capivari, Espírito Santo do Pinhal, Garça, General Salgado, Guararapes, Ilha Solteira, Itápolis, Itararé, Leme, Lorena, Lucélia, Matão, Mococa, Monte Alto, Monte Aprazível, Orlândia, Osvaldo Cruz , Palmeira d'Oeste, Paraguaçu Paulista, Piraju, Presidente Epitácio , Presidente Venceslau , Rancharia , Santa Cruz do Rio Pardo, São Joaquim da Barra, São Manuel, São Sebastião, Taquaritinga, Tietê.
Centro Local	Diversos núcleos urbanos, dentre eles os principais municípios que fazem parte da 10ª R.A de Presidente Prudente.

Quadro 2: Níveis de relações- REGIC 2007

Fonte: IBGE/REGIC, 2007 Org: Engel, P.E., 2012

Um novo estudo desenvolvido pelo IBGE/REGIC, realizado em 2007 e publicado em 2008, faz uma nova classificação para as cidades brasileiras em nove níveis diferentes. Começando pela Grande Metrópole Nacional, que é São Paulo, Capital Regional A temos Campinas, Capital Regional B incluímos Ribeirão Preto e São José do Rio Preto (esta última uma cidade média), Capital Regional C (onde se encontra Presidente Prudente), Centros Sub-regionais A, Centros Sub-regionais B, Centros de Zona A classificação de Adamantina que é o centro urbano com nível hierárquico abaixo de Presidente Prudente, Centros de Zona B, onde se encontra as cidades de Osvaldo Cruz, Presidente Epitácio, Presidente Venceslau e Rancharia, por fim, os Centros locais onde está localizado o restante dos 53 municípios que compõem a 10ª Região Administrativa, sobre os quais Presidente Prudente atua com papel centralizador. Como podemos observar na classificação para as cidades paulistas.

A classificação das cidades em grupos de nível hierárquico, apresentada acima, nos dá possibilidades de compreender semelhanças e diferenças entre os centros, que arranjam-se numa mesma rede ou em redes diferentes, observando que é possível, ainda que haja cidades que mantêm interações elementares com as demais. Há que se concordar também que a análise do entorno de uma cidade também permitirá que se compreenda uma série de elementos presentes em uma cidade, e isto também é essencial à rede urbana.

Em um quadro comparativo pode-se analisar como se alterou a classificação e como evoluiu o nível de centralidade para as cidades que retratamos que tiveram destaque nos estudos do IBGE/REGIC.

Evolução Hierárquica				
Cidades	Ano e Nível de Centralidade			
	2000	2007	Nº de Habitantes	Distância de P. Prudente
Presidente Prudente	Muito Forte	Capital regional C	207.610	
Presidente Epitácio	Fraco	Centros de Zona B	41.318	91,4 km
Rancharia	Fraco	Centros de Zona B	28.804	62,1 km
Santo Anastácio	Fraco	Centro Local	20.475	35,6 km
Presidente Venceslau	Médio	Centros de Zona B	37.910	57, 4 km
Adamantina	Médio	Centros de Zona A	33.797	116 km
Dracena	Médio	Centro Local	43.258	102 km

Quadro 3: Evolução hierárquica das cidades estudadas

Fonte: IBGE/REGIC, 2000 e 2007 e Censo 2010 Org: Engel, P.E. 2012.

Nas duas classificações realizadas pelo IBGE/REGIC, Presidente Prudente tem um destaque significativo diante das cidades do Oeste Paulista, região onde exerce seu poder de lugar central. Em sua Região não há um centro que polarize mais do que ela e isto pode ser comprovado pelo baixo nível de centralidade dos outros centros. Somente a cidade de Adamantina, a mais distante de Presidente Prudente, dentre os centros urbanos, é que possui um nível médio de centralidade.

Segundo a descrição dessa pesquisa:

Com as duas publicações podemos enxergar o papel de cidade média que Presidente Prudente exerce em sua região. Sendo um importante nó na rede urbana. Para estar neste patamar de classificação quer dizer que a cidade teve um destaque para as questões de gestão do território, no nível de centralidade do Poder Executivo e Judiciário no nível Federal, de centralidade empresarial e a presença de equipamentos diferenciados e de serviços, já que eram prioridades na classificação feita pelo REGIC (REGIC 2007).

Sob a ótica das interações espaciais, visando alcançar o movimento, o deslocamento e a mobilização de pessoas e coisas no espaço, serão exemplificados

no tocante ao levantamento, à sistematização e à análise dos dados, o que se segue nas próximas páginas desta monografia.

5- RESULTADOS E DISCUSSÃO

A interação entre as diferentes cidades e o aumento de fluxos de pessoas nos possibilita a discussão dos movimentos pendulares. Podemos denominar de movimento pendular o deslocamento diário das pessoas de suas residências para os respectivos locais de trabalho ou de estudo. Para facilitar a análise dos dados, separamos estes em variáveis principais, entre elas: população, migração, economia, educação. Todas estas sendo analisadas sob a ótica do movimento.

5.1 População

A variável demográfica é um bom indício para identificarmos o grau de centralidade de um centro urbano em realidades específicas. Podemos congrega a esta análise, escolaridade, dinâmica econômica, entre outras variáveis presentes nesta discussão. Embora complexa, esta análise só pode ser compreendida no bojo de uma discussão sobre cidades médias se vier atrelada a outros recortes ao que se junta os esforços de outros pesquisadores, em vários níveis, de nosso grupo de pesquisas.

Seguindo a linha de raciocínio, concordamos com Sposito (2001), que afirma:

Não há correspondência direta entre o tamanho demográfico de uma cidade e seu papel na rede urbana ou, em outras palavras, cidades de mesmo porte populacional podem desempenhar papéis que diferem em sua natureza e importância. As múltiplas formas de aglomeração urbana que se constituem, com intensidade crescente a partir da segunda metade do século XX, apresentam realidades urbanas que expressam integração do ponto de vista funcional, ainda que, no caso brasileiro, o tamanho populacional tome como base os limites municipais (SPOSITO, 2001, p. 613 -614).

Ainda assim, nosso esforço, se por um lado agrega elementos ou recortes próprios à Geografia de População, sobretudo, os deslocamentos pendulares, por outro lado, procura considerá-los no âmbito da centralidade e dos fluxos, contribuindo, assim, ao entendimento da intermediação de determinados núcleos urbanos. Com essa preocupação, elaboramos alguns quadros que mostram a evolução populacional na região em estudo, para servirem como base de análise e comparação das cidades em estudo.

Ano Município	1950	1960	1970	1980	1991	1996	2000	2007	2010
Adamantina	35223	33818	31798	32049	32091	32766	33497	33289	33797
Alfredo Marcondes	16.054	7.638	6.867	4309	3493	3630	3697	3851	3891
Álvares Machado	17316	19173	17305	14653	18865	21431	22661	22859	23513
Anhumas		6623	5609	3421	3242	3136	3411	3695	3738
Caiabu		8645	7012	3702	3854	3709	4077	4011	4072
Caiuá		4189	5271	2971	3341	3269	4192	4953	5039
Dracena	15680	32537	35347	35973	39693	40043	40500	42107	43258
Emilianópolis ^A						2777	2893	3021	3020
Estrela do Norte			3322	3290	2777	2786	2625	2454	2658
Euclides da Cunha Paulista						10237	10214	9923	9585
Flora Rica		7007	4561	2740	2380	2259	2177	2019	1752
Flórida Paulista	19327	24523	17741	15180	12510	11639	11106	12660	12848
Iepê	12157	15508	12586	9360	10013	9382	7257	7487	7628
Indiana	6107	5986	5156	4372	4622	4733	4932	4682	4825
Inúbia Paulista		6095	5238	4290	3355	3178	3318	3595	3630
Irapuru		16693	12058	9743	8257	7938	7457	7556	7789
Junqueirópolis	7426	26894	22638	21373	17708	15962	17005	18628	18726
Lucélia	29900	23552	20472	18709	19286	18690	18316	19212	19882
Marabá Paulista		13474	7041	3863	3494	3687	3699	5193	4812
Mariápolis		11350	7543	5326	4352	3897	3854	3786	3916
Martinópolis	37032	25778	23072	19650	19673	21361	22346	23983	24219
Mirante do Paranapanema		22306	21909	15459	15179	16006	16213	17128	17059
Monte Castelo		9499	6376	6140	4718	4220	4089	4014	4063
Nantes							2269	2483	2707
Narandiba			4008	3533	3138	3784	3743	3941	4288
Nova Guataporanga		4507	2375	2708	2133	2134	2087	2101	2177
Osvaldo Cruz	27022	26441	23377	26113	28918	29779	29648	30150	30917
Ouro Verde		9274	7706	5854	7093	6976	7148	7668	7800
Pacaembu	23896	19748	17211	15719	12365	11390	12518	13072	13226
Panorama		5974	6568	8073	12343	12716	13649	13944	14583
Paulicéia	3427	3447	3385	2378	4157	4282	5302	5506	6339
Piquerobi	9009	6496	5351	3545	3268	3351	3478	3599	3537
Pirapozinho	28666	27865	15922	17918	20992	21963	22104	23709	24694
Pracinha							1431	2667	2858
Presidente Bernardes	28046	30823	25590	15784	16311	12210	14662	14788	13570
Presidente Epitácio	6384	18371	26428	29608	34851	36699	39298	39403	41318
Presidente Prudente	60903	71270	105707	136849	165484	177367	189186	202789	207610
Presidente Venceslau	30506	21323	25976	30160	36120	36024	37347	37155	37910
Rancharia	27355	21496	22041	23341	26913	28282	28772	28303	28804
Regente Feijó	33731	11732	10366	11083	14963	16276	16998	17070	18494
Ribeirão dos Índios							2222	2231	2187
Rosana						21799	24229	19943	19691
Sagres		8256	4083	3016	2653	2444	2439	2307	2395
Salmourão		5705	4954	4778	4462	4482	4401	4551	4818

Sandovalina		4650	3090	2735	2403	2680	3089	3217	3699
Santa Mercedes		6359	4903	4114	2982	2647	2803	2589	2831
Santo Anastácio	36489	21302	25332	21652	22079	23073	20749	20550	20475
Santo Expedito		5352	4148	2263	2222	2312	2526	2759	2803
São João do Pau d'Alho		4400	3733	3600	2814	2315	2180	2132	2103
Taciba		7007	7101	4524	4750	5051	5221	5402	5714
Tarabai		5169	3599	3565	4714	5635	5786	6108	6607
Teodoro Sampaio			26114	26329	49236	19503	20003	20325	21386
Tupi Paulista	17651	18120	15720	16348	14045	13443	13286	13712	14269

Quadro 4: 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente-SP. População Residente Total. 1950 – 2010

Fonte: Ipeadata. Org Engel, P.E, 2012

Com uma série histórica que compreende o período de 1950 a 2010. Podemos perceber que houve municípios que perderam população, outras cresceram rapidamente e outras que não sofreram mudanças bruscas.

Adamantina é um exemplo de cidade que perdeu população se comparados os dados de 1950, quando tinha 35.223, e os últimos dados disponíveis, com 33.797 habitantes, embora não seja uma perda tão significativa, pois ainda está entre os municípios mais populosos da região. Em Alfredo Marcondes a perda foi mais expressiva, visto que, nos anos 1950 possuía um contingente de 16.054 habitantes e perdeu população bruscamente, sendo que em 2010 possuía 3.891 habitantes. Essa diminuição de população foi realidade em vários municípios como: Anhumas, Caiabú, Estrela do Norte, Euclides da Cunha Paulista, Flora Rica, Flórida Paulista, Iepê, Indiana, Inúbia Paulista, Irapuru (em 1960 possuía 16.693 e em 2010 possuía 7.789), Lucélia, Marabá Paulista, Mariápolis, Martinópolis, Mirante do Paranapanema, Monte Castelo, Ouro Verde, Pacaembu, Piquerobi, Pirapozinho, Presidente Bernardes (já obteve 30.823 habitantes e em 2010 13.570 habitantes), Regente Feijó, Sagres, Salmourão, Sandovalina, Santa Mercedes, Santo Anastácio (com 36.489 habitantes em 1950 e em 2010 contava com 20.475), Santo Expedito, São João do Pau d'Alho, Taciba, Tarabai, Teodoro Sampaio, Tupi Paulista dentre essas cidades umas perderam mais habitantes outras menos, sendo maioria na região.

Entretanto, vemos a dinâmica oposta com municípios que ganharam população com o passar dos anos. Este é o caso de Álvares Machado (1950 com 17.316 e atualmente com 23.513), Dracena com um ganho mais significativo de 15.680 em 1950 passa para 43.258 habitantes sendo a segunda cidade mais populosa da região,

Emilianópolis, Junqueirópolis, Narandiba, Osvaldo Cruz, Panorama, Presidente Epitácio (em 1950 contava com 6.384 e cresceu

para 41.318 habitantes, segundo dados de 2010), Presidente Prudente (em 1950 já tinha a maior população com 60.903 habitantes e mais que triplicou esse número contando em 2010 com 207.610), Presidente Venceslau, Rancharia sendo os quatro últimos os mais populosos da região.

Algumas cidades tiveram sua origem mais recente, podendo ser fruto de um desmembramento de outro município, por exemplo, Ribeirão dos Índios, ou o planejamento mesmo de um novo município, como Rosana, por isso a contagem da população não começa necessariamente em 1950, ano inicial de nosso quadro.

Tal dinamicidade da população em cada cidade tem fatores internos e externos, a implantação de uma usina, o incremento no turismo, como em Presidente Epitácio, ou a abertura de indústrias, como em Dracena, podem atrair população para tais cidades. Já a pouca disponibilidade de vagas de emprego, tanto na cidade como no campo, e a procura por melhores condições de vida, podem ser fatores para a migração de habitantes de uma cidade para outra dentro da própria região.

Para que possamos analisar a dimensão da população de cada cidade analisada temos dois quadros que separam a população residente urbana e outro com a população rural.

Ano Município	1950	1960	1970	1980	1991	1996	2000	2007	2010
Adamantina	10101	21208	21999	24277	27662	29180	30368	31210	31948
Alfredo Marcondes	1883	4788	2009	2104	2290	2594	2672	3184	3255
Álvares Machado	4199	12014	6480	8921	15387	18707	20096	20694	21183
Anhumas		4151	1025	1442	1882	2212	2507	2871	3059
Caiabu		5419	1231	1180	2396	2594	3115	3228	3315
Caiuá		2625	1242	1245	1460	1548	1769	1921	1930
Dracena	4648	20401	25131	28833	34863	35982	37153	38134	39946
Emilianópolis						1940	2191	2431	2497
Estrela do Norte			486	1025	1653	1872	1786	1845	2099
Euclides da Cunha Paulista						6244	6431	6093	6111
Flora Rica		4390	932	1082	1476	1627	1568	1614	1418
Flórida Paulista	3474	15372	6431	6659	8257	8884	8982	9941	10137
Iepê	1409	9717	4530	5997	7587	7533	5958	6453	6773
Indiana	1685	3750	2182	2885	3464	3874	4061	3843	4127
Inúbia Paulista		3823	1584	1699	2468	2633	2764	3130	3177
Irapuru		10465	4878	4818	5399	5820	5629	5563	5507
Junqueirópolis	1909	16844	8681	10999	12769	12731	13420	15181	15399
Lucélia	11012	14765	11159	12610	15731	16124	15698	16713	17219
Marabá Paulista		8432	1077	1281	1904	1915	2048	2319	2142
Mariápolis		7110	1522	2052	2498	2697	2803	2996	3137
Martinópolis	5291	16156	9548	12643	15186	17352	17975	19797	20341
Mirante do Paranapanema		13981	7175	8538	10545	10020	9833	9603	10045
Monte Castelo		5954	1725	1931	2897	2904	3004	3064	3211

Nantes							1659	2176	2431
Narandiba			732	1512	1926	2104	2282	2776	3105
Nova Guataporanga		2820	1062	1240	1527	1661	1728	1816	1890
Osvaldo Cruz	7219	16579	13898	17624	23663	26094	26141	26817	27782
Ouro Verde		5809	2555	3049	5666	5996	6345	7053	7176
Pacaembu	5391	12376	5933	6903	8317	8850	9497	9616	9745
Panorama		3744	3385	5736	10702	11304	12665	13378	14165
Paulicéia	1326	2160	1234	899	3074	3393	3934	4354	5270
Piquerobi	1162	4069	1098	1490	2304	2518	2454	2638	2669
Pirapozinho	2955	17473	8796	14332	19028	19469	20715	22542	23462
Pracinha							1186	1342	1369
Presidente Bernardes	5446	19313	8163	8408	10885	8169	10154	10575	10500
Presidente Epitácio	2509	11511	17389	23371	30727	33781	36355	36792	38545
Presidente Prudente	28.352	44.724	92601	129624	160227	162339	185229		203375
Presidente Venceslau	8170	13365	18477	26715	34388	34408	34554	35394	36272
Rancharia	8454	13474	14478	17953	23076	24174	24989	25118	25828
Regente Feijó	4264	7356	6203	8036	12293	13521	15266	15675	17049
Ribeirão dos Índios							1760	1877	1850
Rosana						6171	6198	15528	15858
Sagres		5168	534	725	1214	1457	1578	1728	1819
Salmourão		3572	889	1078	3212	3509	3561	4151	4321
Sandovalina		2917	977	1131	1645	1543	1750	2114	2581
Santa Mercedes		3985	1212	1495	2044	2040	2231	2225	2458
Santo Anastácio	7190	13361	14821	16280	19051	20638	19044	19102	19080
Santo Expedito		3360	1254	1280	1629	1691	2001	2368	2478
São João do Pau d'Alho		2759	951	1162	1673	1582	1611	1621	1705
Taciba		4390	884	2300	3311	3970	4242	4506	4852
Tarabai		3241	1543	2176	3931	5034	5227	5694	6109
Teodoro Sampaio			5419	10752	26921	16607	15922	15824	17365
Tupi Paulista	4075	11360	7913	9592	10621	10678	10877	10800	11206

Quadro 5: 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente-SP População Residente Urbana

Fonte: Ipeadata Org: Engel,P.E, 2012

Podemos observar a evolução da população urbana com o passar dos anos, seguindo a lógica da urbanização e o êxodo rural presente em diversas áreas do Brasil, presente em nossa região, mesmo tendo caráter agrícola, uma vez que, municípios que perderam população, como exemplificado no quadro anterior, em sua maioria tiveram um acréscimo de população urbana nos anos analisados.

A década de 1960 merece destaque, pois possui um número bem maior de população urbana na grande maioria dos municípios e já na década seguinte cai acentuadamente, voltando a crescer o contingente de população urbana. Esta foi a realidade de Álvares Machado (em 1950 tinha 4.199, em 1960 tinha 12.014, em 1970 tinha 6.480 em 1980 tinha 8.921, em 1991 tinha 15.387, em 1996 tinha 18.707 em 2000 tinha 20.096, em 2007 tinha 20.694. Por fim, em 2010 possuía 21.183). Diversas cidades compartilharam a mesma situação como: Anhumas, Caiabu, Caiuá, Flora

Rica, Flórida Paulista, Iepê, Indiana, Inúbia Paulista, Irapuru, Junqueirópolis, Marabá Paulista, Mariápolis, Martinópolis, Mirante do Paranapanema, Monte Castelo, Ouro Verde, Pacaembu, Piquerobi, Pirapozinho, Presidente Bernardes, Sagres, Salmourão, Sandovalina, Santa Mercedes, Santo Expedito, São João do Pau d'Alho, Taciba, Tarabai e Teodoro Sampaio.

A seguir, temos um quadro com a população rural, com a mesma série histórica que o quadro acima. Podemos observar a discrepância na década de 1960, presente neste quadro também.

Ano Município	1950	1960	1970	1980	1991	1996	2000	2007	2010
Adamantina	25.122	12610	9799	7772	4429	3586	3129	2079	1849
Alfredo Marcondes	14171	2850	4858	2205	1203	1036	1025	667	636
Álvares Machado	13117	7159	10825	5732	3478	2724	2565	2165	2330
Anhumas		2472	4584	1979	1360	924	904	824	679
Caiabu		3226	5781	2522	1458	1115	962	783	757
Caiuá		1564	4029	1726	1881	1721	2423	3032	3109
Dracena	11032	12136	10216	7140	4830	4061	3347	3973	3312
Emilianópolis						837	702	590	523
Estrela do Norte			2836	2265	1124	914	839	609	559
Euclides da Cunha Paulista						3993	3783	3830	3474
Flora Rica		2617	3629	1658	904	632	609	405	334
Flórida Paulista	15853	9151	11310	8521	4253	2755	2124	2719	2711
Iepê	10748	5791	8056	3363	2426	1849	1299	1034	855
Indiana	4422	2236	2974	1487	1158	859	871	839	698
Inúbia Paulista		2272	3654	2591	887	545	554	465	453
Irapuru		6228	7180	4925	2858	2118	1828	1993	2282
Junqueirópolis	5517	10050	13957	10374	4939	3231	3585	3447	3327
Lucélia	18888	8787	9313	6099	3555	2566	2618	2499	2663
Marabá Paulista		5042	5964	2582	1590	1772	1651	2874	2670
Mariápolis		4240	6021	3274	1854	1200	1051	790	779
Martinópolis	31741	9622	13524	7007	4487	4009	4371	4186	3878
Mirante do Paranapanema		8325	14734	6921	4634	5986	6380	7525	7014
Monte Castelo		3545	4651	4209	1821	1316	1085	950	852
Nantes							610	307	276
Narandiba			3276	2021	1212	1680	1461	1165	1183
Nova Guataporanga		1687	1313	1468	606	473	359	285	287
Osvaldo Cruz	19803	9862	9479	8489	5255	3685	3507	3333	3135
Ouro Verde		3465	5151	2805	1427	980	803	615	624
Pacaembu	18505	7372	11278	8816	4048	2540	3021	3456	3481
Panorama		2230	3183	2337	1641	1412	984	566	418
Paulicéia	2101	1287	2151	1479	1083	889	1368	1152	1069
Piquerobi	7847	2427	4253	2055	964	833	1024	961	868
Pirapozinho	25711	10392	7126	3586	1964	2494	1389	1167	1232

Pirapozinho	25711	10392	7126	3586	1964	2494	1389	1167	1232
Presidente Bernardes	22600	11510	17427	7376	5426	4041	4508	4213	3070
Presidente Epitácio	3875	6860	9039	6237	4124	2918	2943	2611	2773
Presidente Prudente	32551	26546	13106	7225	5257	15028	3957		4235
Presidente Venceslau	22336	7958	7499	3445	1732	1616	2793	1761	1638
Rancharia	18901	8022	7563	5388	3837	4108	3783	3185	2976
Regente Feijó	29467	4376	4163	3047	2670	2755	1732	1395	1445
Ribeirão dos Índios							462	354	337
Rosana						15628	18031	4415	3833
Sagres		3088	3549	2291	1439	987	861	579	576
Salmourão		2133	4065	3700	1250	973	840	400	497
Sandovalina		1733	2113	1604	758	1137	1339	1103	1118
Santa Mercedes		2374	3691	2619	938	607	572	364	373
Santo Anastácio	29299	7941	10511	5372	3028	2435	1705	1448	1395
Santo Expedito		1992	2894	983	593	621	525	391	325
São João do Pau d'Alho		1641	2782	2438	1141	733	569	511	398
Taciba		2617	6217	2224	1439	1081	979	896	862
Tarabai		1928	2056	1389	783	601	559	414	498
Teodoro Sampaio			20695	15577	22315	2896	4081	4501	4021
Tupi Paulista	13576	6760	7807	6756	3424	2765	2409	2912	3063

Quadro 6: 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente-SP População Residente Rural

Fonte: Ipeadata Org: Engel, P.E, 2012

Neste quadro vimos o contrário: a população urbana da década de 1960 é menor que a da década seguinte e, com o passar dos anos, a população rural vai diminuindo acentuadamente. Esta dinâmica pode ser observada na maioria das cidades, inclusive as citadas anteriormente. Podemos constatar a diminuição da população rural em todos os municípios, lembrando a ideia de êxodo rural.

5.2 Migração

Como detalhamos em nosso referencial, o fator migração sempre esteve presente em nossa história, por isso chamamos a atenção para a origem da população da Mesorregião de Presidente Prudente. Preferimos por representar estes dados através de gráficos, pelo fato das tabelas ou quadros ficarem muito extensos.

A partir do gráfico 1, percebemos que a grande maioria da população da região de Presidente Prudente, tem sua origem do Estado de São Paulo mesmo. Em segundo lugar o Paraná, em terceiro lugar Minas Gerais e em quarto lugar a Bahia, sendo o Amapá o último colocado com oito pessoas nascidas lá.

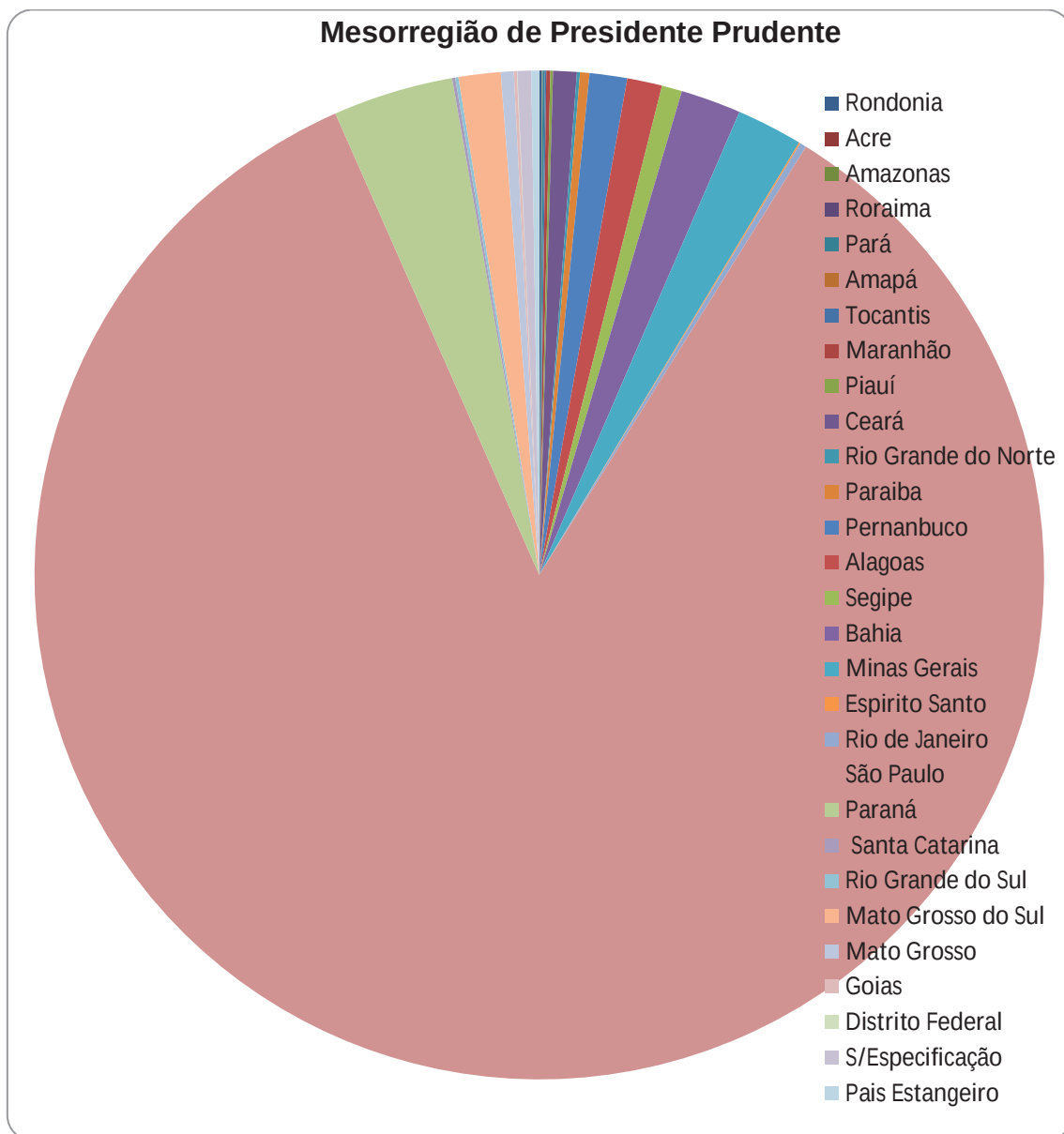


Gráfico 1: Mesorregião de Presidente Prudente. População Residente segundo o Estado de origem. 2010.

Fonte: IBGE. Censo 2010 Microdados de amostra

Nosso segundo gráfico, mostra a quantidade de pessoas que não moravam na Mesorregião de Presidente Prudente em que residem hoje na data do censo (31.07.2005). Revelando o Estado em que essa população residia antes dessa data. Num total de 26 781 pessoas, 5 988 não especificaram o Estado do Brasil e teve maior

parcela, seguido do Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e o Paraná. Podemos depreender o movimento da população entre os Estados.

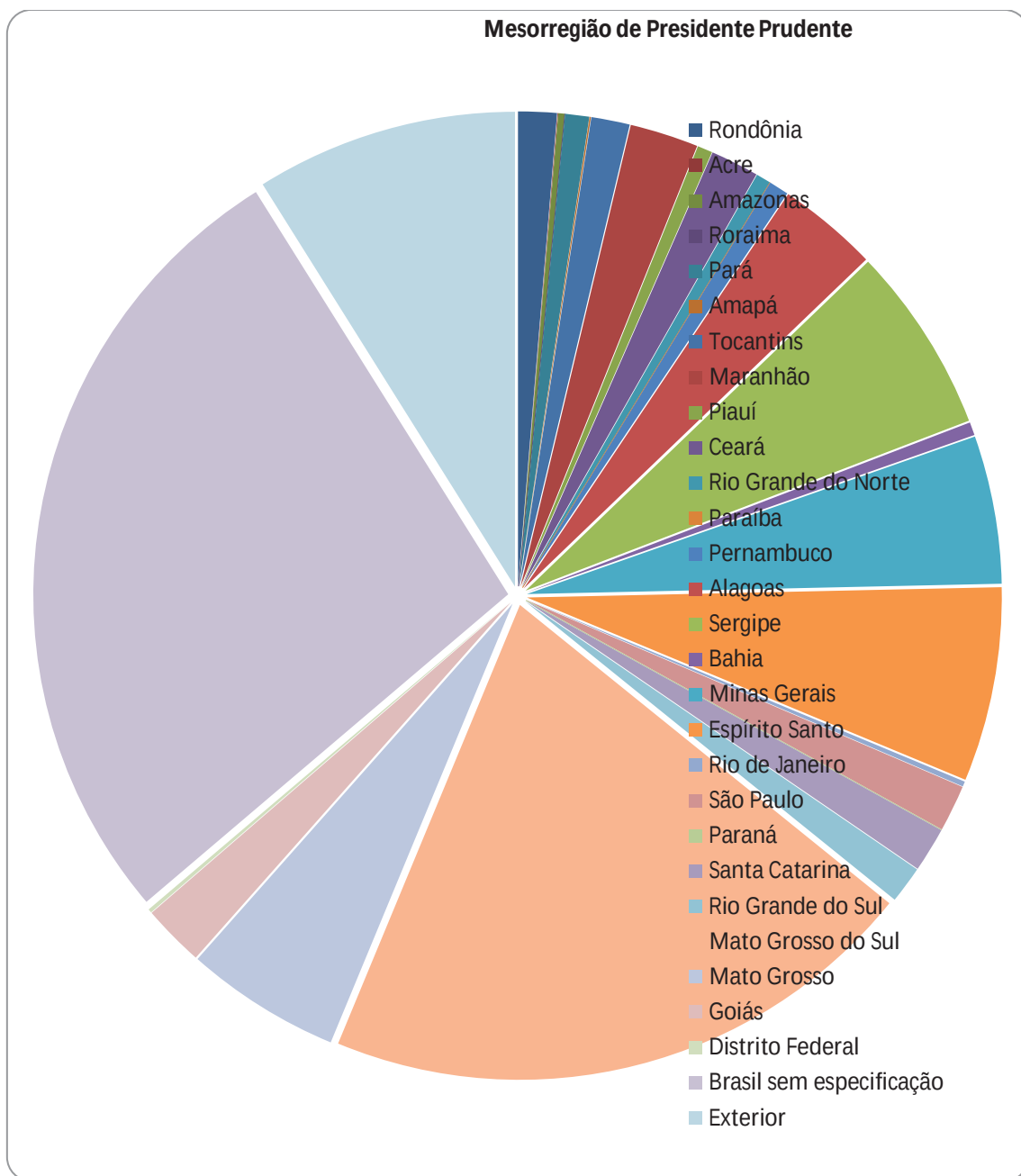


Gráfico 2: Mesorregião de Presidente Prudente. Pessoas de cinco anos ou mais de idade que não residiam na Unidade da Federação em 31.07.2005, por lugar de residência em 31.07.2005.

Fonte: IBGE. Censo 2010 Microdados de amostra

Em nosso trabalho não detalharemos tais fatores, queremos dar ênfase ao crescimento vertiginoso de Presidente Prudente, que desde as primeiras décadas da análise já possuía uma população maior que qualquer cidade da região. Com o passar dos anos, esse crescimento foi acentuado. Uma das possíveis respostas para tal crescimento pode ser a migração de pessoas de cidades vizinhas para o centro de atração que Presidente Prudente se constituiu.

5.3. Economia

Diante disso, utilizamos de outra variável com o intuito de avaliar a hipótese de pólo de atração, agora ressaltando aspectos econômicos. Os quadros que seguem mostram o número de estabelecimentos tanto na indústria quanto no comércio e serviços segundo o banco de dados do IPEA que possuem.

No quadro 7, podemos comparar o total de População Economicamente Ativa (PEA), com os estabelecimentos agrícolas e total de pessoas que tem vínculo empregatício com a agricultura.

AGRICULTURA EM 2006			
MUNICIPIO	PEA 2000	ESTABELECIMENTOS	VINCULO
Adamantina	16.555	152	564
Alfredo Marcondes	1.607	34	57
Álvares Machado	10.370	120	205
Anhumas	1.432	76	162
Caiabú	1.755	16	28
Caiuá	1.774	72	217
Dracena	20.023	174	1.151
Emilianópolis	1.307	48	51
Estrela do Norte	1.058	35	56
Euclides da Cunha Paulista	4.386	32	102
Flora Rica	1.083	36	41
Flórida Paulista	4.964	95	1.373

Iepê	3.192	92	278
Indiana	2.359	46	75
Inúbia Paulista	1.546	23	149
Irapuru	3.611	52	69
Junqueirópolis	7.913	129	241
Lucélia	8.215	81	222
Marabá Paulista	1.394	99	187
Mariápolis	1.584	37	51
Martinópolis	10.001	188	504
Mirante do Paranapanema	7.399	182	274
Monte Castelo	2.010	58	101
Nantes	875	23	72
Narandiba	1.571	37	111
Nova Guataporanga	992	10	14
Osvaldo Cruz	16.006	148	297
Ouro Verde	3.370	64	107
Pacaembu	6.542	96	127
Panorama	5.937	61	95
Paulicéia	2.352	43	303
Piquerobi	1.438	91	136
Pirapozinho	10.464	90	146
Pracinha	530	11	18
Presidente Bernardes	6.700	153	364
Presidente Epitácio	18.241	122	305
Presidente Prudente	97.488	274	529
Presidente Venceslau	18.409	174	385
Rancharia	13.865	235	902
Regente Feijó	8.444	133	394
Ribeirão dos Índios	1.070	30	38
Rosana	10.865	36	112
Sagres	1.091	35	40
Salmourão	2.037	28	134
Sandovalina	1.420	63	112

Santa Mercedes	1.174	43	61
Santo Anastácio	9.606	151	1.378
Santo Expedito	1.088	18	30
São João do Pau d'Alho	950	24	47
Taciba	2.293	94	219
Tarabai	2.629	50	111
Teodoro Sampaio	8.555	89	428
Tupi Paulista	6.506	141	324

Quadro 7: 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente. Estabelecimentos e vínculos na agricultura em 2006

Fonte: Fundação SEADE Org.: Engel, P.E, 2012.

Na questão da agricultura Presidente Prudente tem o maior número de estabelecimentos relacionados a ela, podendo ter as sedes dos estabelecimentos em Presidente Prudente, mas quando se olha o número de vínculos muitas cidades da região ultrapassam a marca de 529 vínculos.

As cidades de Santo Anastácio, Flórida Paulista, tiveram maiores números, com 1378 e 1373 respectivamente, mostrando assim a grande quantidade de pessoas relacionadas com a agricultura nestas cidades.

Dracena e Rancharia também tiveram números em vínculos empregatícios maiores que Presidente Prudente, com 1.151 e 902 respectivamente, mas com menos estabelecimentos.

Já no setor da indústria temos o quadro nove, com as mesmas variáveis do quadro anterior.

INDÚSTRIA 2006			
MUNICIPIOS	PEA 2000	ESTABELECIMENTOS	VÍNCULOS
Adamantina	16.555	88	1.775
Alfredo Marcondes	1.607	4	15
Álvares Machado	10.370	36	506
Anhumas	1.432	8	82
Caiabú	1.755	4	6
Caiuá	1.774	2	1.432

Dracena	20.023	94	1.553
Emilianópolis	1.307	3	28
Estrela do Norte	1.058	1	1
Euclides da Cunha Paulista	4.386	1	4
Flora Rica	1.083	2	2
Flórida Paulista	4.964	15	247
Iepê	3.192	6	68
Indiana	2.359	25	184
Inúbia Paulista	1.546	5	28
Irapuru	3.611	5	27
Junqueirópolis	7.913	28	1.359
Lucélia	8.215	33	1.522
Marabá Paulista	1.394	5	138
Mariápolis	1.584	3	7
Martinópolis	10.001	23	137
Mirante do Paranapanema	7.399	5	37
Monte Castelo	2.010	4	61
Nantes	875	0	0
Narandiba	1.571	5	913
Nova Guataporanga	992	1	1
Osvaldo Cruz	16.006	66	1.716
Ouro Verde	3.370	9	73
Pacaembu	6.542	17	109
Panorama	5.937	81	920
Paulicéia	2.352	17	202
Piquerobi	1.438	3	100
Pirapozinho	10.464	35	1.514
Pracinha	530	1	1
Presidente Bernardes	6.700	14	58
Presidente Epitácio	18.241	60	2.459
Presidente Prudente	97.488	464	12.890
Presidente Venceslau	18.409	73	1.184
Rancharia	13.865	42	1.077

Regente Feijó	8.444	38	888
Ribeirão dos Índios	1.070	3	13
Rosana	10.865	15	319
Sagres	1.091	2	69
Salmourão	2.037	2	2
Sandovalina	1.420	1	13
Santa Mercedes	1.174	1	3
Santo Anastácio	9.606	37	550
Santo Expedito	1.088	1	1
São João do Pau d'Alho	950	1	5
Taciba	2.293	9	37
Tarabai	2.629	12	120
Teodoro Sampaio	8.555	25	1.300
Tupí Paulista	6.506	19	143

Quadro 8: 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente. Estabelecimentos e vínculos na indústria em 2006

Fonte: Fundação SEADE Org.: Engel, P.E, 2012.

No setor industrial, Presidente Prudente tem seu destaque, com 464 estabelecimentos, o maior número da região, seguido de 94 de Dracena e 88 de Adamantina, evidenciando que, a região não tem características industriais, pois ao compararmos com a agricultura os números foram bem menores.

Ao se tratar dos vínculos empregatícios, a indústria emprega mais do que a agricultura, sendo nossos dados, pois Presidente Prudente teve 12.890 vínculos, marca que a agricultura não atingiu neste ano.

Os municípios que tiveram destaque com o contingente de vínculos empregatícios foram Presidente Epitácio (2.459), Adamantina (1.514), Osvaldo Cruz (1.716), Pirapozinho (1.514) e Teodoro Sampaio (1.300), mostrando que nenhuma cidade teve mais de três mil pessoas vinculadas à indústria, um número baixo comparando com a população economicamente ativa de cada município e evidenciando a superioridade de Presidente Prudente entre os outros municípios de sua região.

		Comércio		Serviços	
MUNICIPIOS	PEA 2000	Estabelecimento	Vínculos	Estabelecimento	Vínculos
Adamantina	33.289	441	1.732	308	3.078
Alfredo Marcondes	3.851	19	27	14	221
Álvares Machado	22.859	156	468	80	975
Anhumas	3.695	18	27	10	160
Caiabu	4.011	16	59	20	224
Caiuá	4.953	9	14	17	303
Dracena	42.107	587	2.619	372	2.839
Emilianópolis	3.021	12	28	11	193
Estrela do Norte	2.454	11	16	4	219
Euclides da Cunha Paulista	9.923	41	73	12	405
Flora Rica	2.019	5	7	6	136
Flórida Paulista	12.660	60	171	41	429
Iepê	7.487	56	195	31	385
Indiana	4.682	30	87	20	223
Inúbia Paulista	3.595	24	237	19	265
Irapuru	7.556	56	118	28	273
Junqueirópolis	18.628	171	764	132	855
Lucélia	19.212	161	647	139	1.570
Marabá Paulista	5.193	10	16	9	317
Mariápolis	3.786	13	15	18	174
Martinópolis	23.983	126	371	102	1.068
Mirante do Paranapanema	17.128	70	222	53	687
Monte Castelo	4.014	10	46	17	224
Nantes	2.483	13	41	11	158
Narandiba	3.941	11	28	15	269
Nova Guataporanga	2.101	7	12	7	164
Osvaldo Cruz	30.150	351	1.237	261	2.138
Ouro Verde	7.668	37	90	25	360
Pacaembu	13.072	72	256	60	548
Panorama	13.944	129	397	59	612
Paulicéia	5.506	34	59	20	330
Piquerobi	3.599	13	41	6	231
Pirapozinho	23.709	243	789	130	1.453
Pracinha	2.667	6	12	6	132
Presidente Bernardes	14.788	88	314	76	846
Presidente Epitácio	39.403	349	1.416	218	2.158

Presidente Prudente	202.789	2.720	12.870	1.894	24.199
Presidente Venceslau	37.155	399	1.333	254	2.100
Rancharia	28.303	273	857	176	1.749
Regente Feijó	17.070	169	729	116	1.088
Ribeirão dos Índios	2.231	9	17	4	139
Rosana	19.943	115	330	72	1.047
Sagres	2.307	8	20	6	175
Salmourão	4.551	16	35	15	193
Sandovalina	3.217	18	41	9	396
Santa Mercedes	2.589	6	26	11	196
Santo Anastácio	20.550	178	689	121	1.087
Santo Expedito	2.759	14	24	11	166
São João do Pau d'Alho	2.132	8	15	7	160
Taciba	5.402	34	53	26	1.462
Tarabai	6.108	31	81	19	310
Teodoro Sampaio	20.325	128	331	99	768
Tupi Paulista	13.712	149	525	97	928

Quadro 9: 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente. Estabelecimentos e vínculos no comércio e serviço em 2006.

Fonte: Fundação SEADE Org.: Engel, P.E, 2012.

Ao analisarmos os dados percebemos claramente a importância do comércio e serviços em nossa região. Os números em todas as cidades aumentam significativamente ao serem comparadas com a agricultura e a indústria.

Presidente Prudente desponta no quadro com 24.199 vínculos atrelados aos serviços, sendo exorbitante maior que Adamantina com 3078 o segundo maior município em número de empregados, e Dracena com 2.839 as outras cidades não passam desse valor. Em número de estabelecimentos Prudente também se destaca com 1.894, seguido de Dracena com 372 relacionados aos serviços.

Quanto ao comércio, os números são menores, mas as cidades com maiores números se repetem. Isto mostra quanto Presidente Prudente exerce seu caráter de polo em oferecimento de comércio e serviços para toda a região.

Esta disparidade entre os centros pode nos revelar a oferta e a demanda de postos de emprego relacionando os estabelecimentos agrícolas, industriais ou de comércio e serviços com o pessoal ocupado nestes setores. Pois onde não há presença de estabelecimentos, a oferta de postos de trabalho também é reduzida e dentro da região analisada Presidente Prudente desponta como uma área atrativa,

tendo maior índice de população, de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços e de pessoal ocupado nestes setores da economia. Para elucidar melhor essa questão do destaque de Presidente Prudente, como área atrativa para empresas e trabalhadores apresentamos o quadro a seguir com o total de pessoas ocupadas nas empresas, mais recentemente que os quadros expostos anteriormente, mas que a lógica se mantem.

Esta disparidade entre os centros pode nos revelar a oferta e demanda de postos de emprego relacionando os estabelecimentos industriais ou de comércio e serviços com o pessoal ocupado nestes setores. Pois onde não há presença de estabelecimentos a oferta de postos de trabalho também é reduzida e dentro da região analisada Presidente Prudente desponta como uma área atrativa, tendo maior índice de população, de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços e de pessoal ocupado nestes setores da economia. Para elucidar melhor essa questão do destaque de Presidente Prudente como área atrativa para empresas e trabalhadores, apresentamos o quadro abaixo com o total de pessoas ocupadas nas empresas, com a lógica se mantendo.

Município	Pessoal Ocupado
Adamantina	10001
Alfredo Marcondes	650
Álvares Machado	3577
Anhumas	483
Caiabu	445
Caiuá	2027
Dracena	12332
Emilianópolis	408
Estrela do Norte	386
Euclides da Cunha Paulista	729
Flora Rica	386
Flórida Paulista	4006
Iepê	1105
Indiana	875
Inúbia Paulista	809
Irapuru	1252
Junqueirópolis	5857
Lucélia	6716
Marabá Paulista	547
Mariápolis	455

Martinópolis	3580
Mirante do Paranapanema	3166
Monte Castelo	580
Nantes	334
Narandiba	1745
Nova Guataporanga	262
Osvaldo Cruz	8073
Ouro Verde	1027
Pacaembu	1797
Panorama	3455
Paulicéia	2118
Piquerobi	514
Pirapozinho	5073
Pracinha	220
Presidente Bernardes	2508
Presidente Epitácio	8540
Presidente Prudente	71829
Presidente Venceslau	6719
Rancharia	6453
Regente Feijó	4139
Ribeirão dos Índios	297
Rosana	3143
Sagres	363
Salmourão	419
Sandovalina	1046
Santa Mercedes	758
Santo Anastácio	4438
Santo Expedito	424
São João do Pau d'Alho	
Taciba	800
Tarabai	884
Teodoro Sampaio	4952
Tupi Paulista	2568

Quadro 10: Total de pessoal ocupado em Empresas no ano de 2010.

Fonte: IBGE, Cadastro Central de Empresas 2010.

Construímos o gráfico três a seguir para melhor representar as diferenças entre as cidades. É visto que somente Dracena ultrapassa os habitantes ocupados nas empresas.

Cidades como Adamantina, Osvaldo Cruz, Presidente Epitácio, Junqueirópolis, Presidente Venceslau e Rancharia tiveram ênfase no quesito pessoal ocupado em

empresas, algo mais generalizado que os quadros analisados em paginas anteriores, que classificavam em que setor estava concentrado a população. Mas podemos dizer que todas as cidades aqui evidenciadas tiveram certo destaque nas outras variáveis relacionadas à economia de cada cidade. Dracena e Adamantina estiveram presentes em todos os quesitos, na grande maioria das vezes atrás de Presidente Prudente, cumprindo assim a sua função de sede e centro polarizador da 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente e Dracena e Adamantina como sede da Região de Governo que leva cada uma o seu respectivo nome.

Pessoal Ocupado nas Empresas em 2010

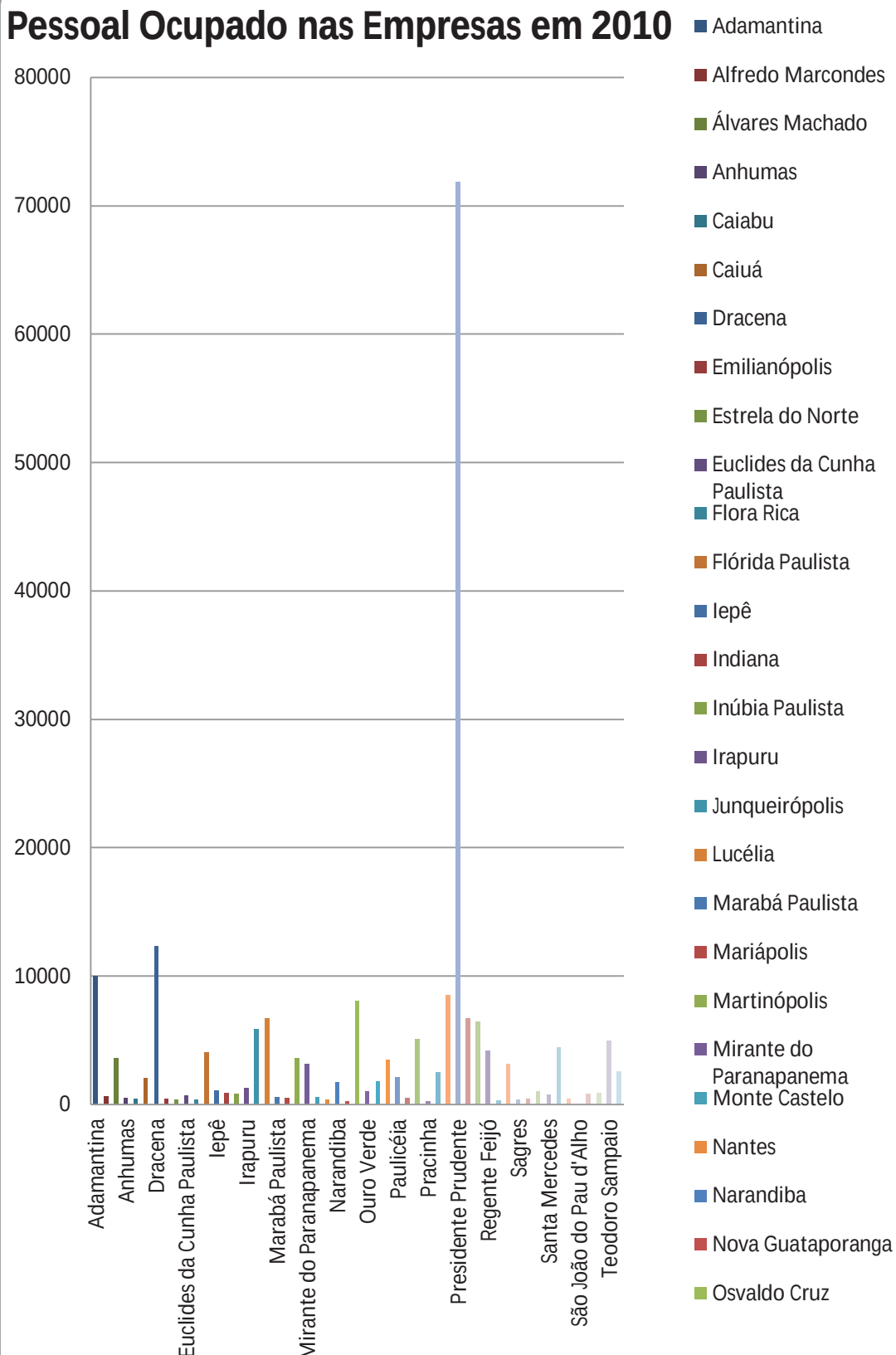


Gráfico 3: Número total de pessoal ocupado nas empresas em 2010

Fonte: IBGE- Cadastro de Empresas. 201

Diante disso, levantamos a questão sobre deslocamento dessa população, se todos esses trabalhadores expressos nos quadros anteriores residem no mesmo município que trabalham. Para isso, temos o quadro abaixo que mostra o número de pessoas que trabalham dentro do seu município de residência, em outro município ou mais de um município.

Municípios	Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência.						
	Total	Local de exercício do trabalho principal					
		Município de residência			Outro município	Outro país	Mais de um município ou país
		Total	Domicílio de residência	Fora do domicílio de residência			
Adamantina	16 745	14 895	2 453	12 442	1 523	-	327
Alfredo Marcondes	1 752	1 064	222	842	674	-	14
Álvares Machado	11 345	5 948	1 644	4 304	5 045	-	351
Anhumas	1 766	1 086	328	757	635	-	45
Caiabu	1 714	1 035	173	862	675	-	3
Caiuá	1 856	1 513	600	912	343	-	-
Dracena	21 509	19 085	4 433	14 652	1 670	11	743
Emilianópolis	1 497	1 028	358	670	425	-	44
Estrela do Norte	1 132	723	263	460	398	-	11
Euclides da Cunha Paulista	4 302	3 147	1 371	1 776	1 150	-	5
Flora Rica	688	526	175	351	158	-	3
Flórida Paulista	5 317	4 745	1 056	3 689	458	-	113
Iepê	3 215	2 611	381	2 231	459	-	145
Indiana	2 304	1 371	345	1 026	790	-	142
Inúbia Paulista	1 743	1 197	142	1 055	443	-	103
Irapuru	2 938	2 178	688	1 491	660	-	99
Junqueirópolis	9 290	8 520	2 783	5 737	659	-	110
Lucélia	8 880	7 192	2 129	5 063	1 510	-	178
Marabá Paulista	1 848	1 667	672	996	178	-	3

Mariópolis	1 821	1 047	399	648	759	-	16
Martinópolis	10 971	8 900	2 666	6 233	1 944	-	127
Mirante do Paranapanema	7 414	6 638	2 876	3 762	725	-	51
Monte Castelo	2 034	1 424	374	1 050	580	-	30
Nantes	1 174	954	88	866	221	-	-
Narandiba	1 940	1 661	80	1 581	235	-	45
Nova Guataporanga	946	539	74	465	376	-	30
Oswaldo Cruz	15 097	13 253	2 529	10 723	1 392	-	452
Ouro Verde	3 153	1 805	216	1 589	1 243	-	104
Pacaembu	5 544	4 090	1 321	2 769	1 295	5	152
Panorama	6 898	6 340	1 427	4 913	456	-	103
Paulicéia	2 749	2 535	402	2 133	197	-	18
Piquerobi	1 413	1 077	365	712	317	-	18
Pirapozinho	11 799	8 309	2 200	6 109	3 376	-	113
Pracinha	624	416	63	353	208	-	-
Presidente Bernardes	6 333	5 071	1 369	3 702	1 063	-	199
Presidente Epitácio	17 485	15 624	4 723	10 902	1 678	-	183
Presidente Prudente	102 991	96 176	18 813	77 363	4 808	7	2 000
Presidente Venceslau	16 500	13 772	3 541	10 231	2 507	-	221
Rancharia	13 481	12 328	3 846	8 482	1 001	-	152
Regente Feijó	9 130	6 611	1 001	5 610	2 250	-	268
Ribeirão dos Índios	1 069	807	201	607	256	-	6
Rosana	8 146	7 015	1 747	5 268	1 005	11	115
Sagres	975	619	167	452	329	-	27
Salmourão	2 114	1 506	184	1 321	580	-	29
Sandovalina	1 837	1 629	442	1 186	189	-	20
Santa Mercedes	1 202	854	259	595	346	-	3
Santo Anastácio	8 907	7 184	1 467	5 717	1 547	-	176
Santo Expedito	1 123	660	138	522	447	-	16
São João do Pau d'Alho	1 034	771	106	665	241	-	22
Taciba	2 518	1 646	395	1 251	865	-	7
Tarabai	2 911	1 701	230	1 471	1 189	-	21
Teodoro Sampaio	10 257	9 324	4 126	5 198	895	-	39
Tupi Paulista	6 872	5 748	1 449	4 299	885	-	238

Quadro 11: 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente. Local de trabalho

Fonte: IBGE. Censo 2010 Microdados de amostra

Org.: Engel, P.E, 2012

Alguns municípios merecem destaque para o nosso estudo, como Álvares Machado, no qual, aproximadamente, a metade dos registros indica local de trabalho fora do seu município de residência e tem o maior número de pessoas que trabalham em mais de um município, com 351 trabalhadores. Martinópolis conta com 1.944 trabalhadores que não exercem sua função em seu município de um total de 10.971 que trabalham. Pirapozinho conta com um total de 11.799 trabalhadores e entre eles, 3.376 laboram fora do município. Regente Feijó tem um total de 9.130 e dessa totalidade 2.250 não trabalham dentro do seu município. Já Tarabai possui 2.911 trabalhadores e deste total 1.189 trabalham fora do município, a maior proporção encontrada na região. Presidente Prudente tem 102.991 trabalhadores, mas somente 4.808 trabalham fora do município de residência, demonstrando, assim, que em Presidente Prudente a demanda por postos de trabalho não seria, em princípio, um motivo para deslocamentos pendulares intensos dela partindo.

Para acrescentar, exibimos o quadro 12 em que colocamos o tempo de deslocamento da população do trabalho para casa.

Municípios	Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, que trabalhavam fora do domicílio e retornavam para seu domicílio diariamente.					
	Total	Tempo habitual de deslocamento para o trabalho				
		Até 5 minutos	De 6 minutos até meia hora	Mais de meia hora até uma hora	Mais de uma hora até duas horas	Mais de duas horas
Adamantina	13 439	2 409	8 765	1 759	407	98
Alfredo Marcondes	1 453	291	593	502	66	-
Álvares Machado	8 992	1 173	5 523	1 928	350	18
Anhumas	1 345	245	633	394	66	7
Caiabu	1 501	189	537	664	112	-
Caiuá	1 130	275	491	226	107	31
Dracena	15 530	2 654	10 713	1 692	375	96
Emilianópolis	994	246	354	185	191	18
Estrela do Norte	710	104	326	208	73	-
Euclides da Cunha Paulista	2 461	445	1 056	633	251	76
Flora Rica	478	123	211	94	45	4
Flórida Paulista	4 061	733	2 085	990	231	23
Iepê	2 544	658	1 263	293	306	24
Indiana	1 721	384	901	312	88	36
Inúbia Paulista	1 456	259	901	193	91	10
Irapuru	2 099	266	1 191	428	188	26

Junqueirópolis	6 131	1 455	3 526	961	163	26
Lucélia	6 250	1 067	3 724	1 178	249	34
Marabá Paulista	1 091	303	517	167	101	3
Mariópolis	1 378	178	381	442	337	39
Martinópolis	7 786	1 132	4 019	1 911	694	30
Mirante do Paranapanema	4 170	771	2 086	819	449	46
Monte Castelo	1 567	327	811	353	70	5
Nantes	1 045	400	431	144	70	-
Narandiba	1 741	382	692	474	168	24
Nova Guataporanga	813	214	438	105	45	11
Osvaldo Cruz	11 665	1 953	7 888	1 523	253	48
Ouro Verde	2 726	443	1 149	708	359	67
Pacaembu	3 877	752	1 919	630	526	50
Panorama	5 193	1 367	3 359	370	82	14
Paulicéia	2 262	491	1 396	329	42	3
Piquerobi	959	257	526	86	86	4
Pirapozinho	8 960	1 310	4 765	2 024	745	116
Pracinha	526	177	184	79	82	4
Presidente Bernardes	4 521	774	2 606	978	156	7
Presidente Epitácio	11 507	2 253	7 317	1 429	400	108
Presidente Prudente	78 306	8 737	53 122	13 406	2 617	424
Presidente Venceslau	11 454	1 971	7 095	1 818	420	151
Rancharia	9 020	1 955	5 736	933	341	54
Regente Feijó	7 469	1 397	4 702	1 116	214	39
Ribeirão dos Índios	817	233	307	120	132	25
Rosana	5 394	1 443	3 283	477	148	44
Sagres	758	79	524	118	36	2
Salmourão	1 874	411	1 043	346	73	-
Sandovalina	1 252	365	573	218	85	12
Santa Mercedes	887	275	458	111	39	5
Santo Anastácio	6 577	1 023	3 866	1 212	365	111
Santo Expedito	916	121	358	259	159	19
São João do Pau d'Alho	874	288	377	154	52	2
Taciba	2 016	421	646	588	351	9
Tarabai	2 464	488	948	658	320	49
Teodoro Sampaio	5 506	713	3 100	1 139	515	40
Tupi Paulista	4 958	1 091	3 421	376	60	10

Quadro 12: Tempo de deslocamento de pessoas que trabalham fora de seu município.

Fonte: IBGE. Censo 2010 Microdados de amostra

Org.: Engel, P.E, 2012

Para tal discussão, temos por finalidade interpretar se tais deslocamentos poderiam ter como destino Presidente Prudente, levando em conta a proximidade do município ou não, conferindo com a figura abaixo onde mostramos os limites entre os municípios da 10ª R.A de Presidente Prudente. Para qualificar o debate, utilizamos os dados obtidos com as empresas de ônibus, que realizam os trajetos entre as cidades estudadas para se ter ideia da demanda da população através da quantidade de horários disponíveis.



Figura 6: 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente.

Limites políticos administrativos dos municípios

Fonte: www.cidadespaulistas.com.br/

Na cidade de Adamantina o maior contingente populacional leva de seis minutos a meia hora para se deslocar. Pelo tamanho do município pode se acreditar que este pessoal trabalha ainda dentro do seu município, diferentemente dos 1.759 que levam até uma hora, ou os 407 que levam mais de duas horas, e menos ainda os que levam mais de duas horas para chegar ao trabalho que provavelmente trabalham

fora do município. Presidente Prudente como destino não tem muita demanda, ou oferta, pois só tem dois horários de partida e de saída de transporte coletivo.

Já em Alfredo Marcondes a média de tempo fica entre até meia hora com 593 pessoas e 502 de até uma hora para chegar a seu trabalho. Os dois grupos podem ter Presidente Prudente como destino, pela proximidade dos municípios. Sendo que há 20 horários diferentes de ônibus durante o dia e de segunda a sexta, começando com 05h30min horas da manhã para quem precisa estar em Presidente Prudente nos primeiros horários da manhã.

Para Álvares Machado a maior concentração está na quantidade de pessoas que demoram até meia hora para chegar a seu local de trabalho num total de 5.523 essa parcela da população poderia chegar em Presidente Prudente, já que as duas cidades estão em processo de aglomeração urbana (MYASAKI, 2008). Sendo o meio de transporte coletivo, uma boa opção, já que possui mais de 32 horários só de partida de Álvares Machado em direção a Presidente Prudente.

Martinópolis também tem a maior parte da população, 4 019 habitantes, demorando até meia hora para chegar até seu trabalho e 1911 delongando-se até uma hora. Esse contingente pode ter Presidente Prudente como destino sendo meia hora o tempo médio para percorrer esta distância, com 28 horários de partida e chegada entre as duas cidades durante todo o dia.

Pirapozinho segue a mesma tendência. Dos 8.980 pessoas ocupadas no dia do recenseamento 4.756 responderam que demoram até meia hora e 2024 demoram até uma hora para chegar a seu trabalho. Esta parcela que leva até uma hora para chegar pode ter como ponto de chegada Presidente Prudente, pois são 40 horários de ônibus de partida e de chegada, e se há tanta oferta é porque há uma grande demanda de passageiros entre as duas cidades.



Figura 7: Terminal Urbano de Presidente Prudente. Linha de ônibus sentido Pirapozinho

Fonte: Arquivo pessoal

Regente Feijó também oferece grande demanda de passageiros para Presidente Prudente, pois há em média 40 horários de ônibus, e para ter tanta oferta grande parte da população certamente se desloca. Os números que mais se destacam sobre o tempo de deslocamento, são os que levam até meia hora que somam 4702 pessoas e os que levam até uma hora para chegar ao local de trabalho sendo 1116 pessoas.

Por fim, temos Presidente Prudente em que a grande maioria da população, 53.122 leva até meia hora para chegar a seu local de trabalho, este fato deve se explicar pela localização afastada de alguns bairros, como Brasil Novo, por exemplo.

Os números sobre pessoal que não trabalha em seu município de residência, o tempo dispendido para chegar ao local de trabalho e a quantidade de linhas de ônibus de cada cidade para Presidente Prudente pode ser considerado um fator importante para ter esta como centro de atração. Pois vimos que ela se destaca em todos os fatores que expomos a cima, sendo em número de pessoal ocupado, sendo em número de universidades. Uma vez que parte significativa da população pode estar em busca de melhores condições de vida, oportunidades de trabalho e estudo, que seu município muitas vezes não é capaz de ofertar, o deslocamento pendular pode ser

solução viável. Em Presidente Prudente já se demonstrou que pode existir tais serviços e produtos em detrimento às outras cidades da sua região de influência.

5.4 Educação

Nesta parte da discussão dos movimentos pendulares damos foco ao estudo. O quadro abaixo mostra o total de pessoas que frequentam algum nível de estudo no período do recenseamento de 2010 em cada uma das cidades da região em questão.

Municípios	Pessoas que frequentavam escola ou creche								
	Total	Curso que frequentavam							
		Creche	Pré-escola	C.A	EJA	Fundamental	Médio	Superior	Pós-Graduação
Adamantina	7 917	381	881	299	30	3 271	1 455	1 484	116
Alfredo Marcondes	841	27	77	38	-	395	185	112	6
Álvares Machado	6 233	212	620	260	19	3 027	1 327	688	80
Anhumas	1 031	80	127	89	7	460	193	69	6
Caiabu	1 099	46	93	7	-	589	175	180	8
Caiuá	1 299	35	79	17	18	801	254	80	15
Dracena	10 119	667	944	474	56	4 307	1 975	1 478	217
Emilianópolis	786	74	65	4	-	373	180	80	9
Estrela do Norte	727	67	73	-	3	377	150	55	2
Euclides da Cunha Paulista	2 777	38	262	165	57	1 552	501	180	22
Flora Rica	465	5	30	19	9	219	127	54	3
Flórida Paulista	2 816	69	326	182	19	1 412	538	265	5
Iepê	1 883	47	226	61	22	972	301	229	23
Indiana	1 191	46	87	7	13	594	283	143	18
Inúbia Paulista	857	12	84	36	5	424	218	71	6
Irapuru	1 541	53	95	111	31	823	297	130	2
Junqueirópolis	4 431	421	382	138	74	1 910	876	565	65
Lucélia	4 875	191	430	104	9	2 544	913	624	61
Marabá Paulista	1 085	47	78	37	12	625	228	58	-
Mariópolis	907	20	83	62	6	436	203	87	9
Martinópolis	5 886	268	454	628	186	2 752	1 022	508	68
Mirante do Paranapanema	4 641	119	344	215	83	2 465	956	424	35
Monte Castelo	910	42	99	4	-	496	203	49	16
Nantes	899	51	77	20	48	443	177	63	20
Narandiba	1 225	33	112	61	-	720	194	96	9
Nova Guataporanga	546	39	49	41	22	256	83	49	7
Osvaldo Cruz	7 052	136	571	341	90	3 502	1 308	969	137

Ouro Verde	1 962	60	164	46	-	1 197	347	129	19
Pacaembu	2 409	140	181	70	37	1 271	470	224	17
Panorama	3 722	139	449	258	11	1 875	661	309	19
Paulicéia	1 691	68	180	50	16	968	290	91	28
Piquerobi	816	32	72	23	9	445	182	50	3
Pirapozinho	6 804	398	537	308	12	3 174	1 302	1 053	20
Pracinha	436	38	40	3	1	238	77	37	-
Presidente Bernardes	3 108	70	236	71	30	1 620	729	326	26
Presidente Epitácio	11 206	349	1 074	520	69	5 655	2 213	1 160	166
Presidente Prudente	58 156	3 010	5 450	1 518	349	26 199	11 282	9 083	1 265
Presidente Venceslau	9 005	183	994	258	54	4 539	1 850	1 000	127
Rancharia	7 963	228	770	460	177	3 751	1 699	809	68
Regente Feijó	5 243	311	479	96	31	2 469	1 036	757	63
Ribeirão dos Índios	542	39	35	30	2	280	93	61	2
Rosana	6 373	226	386	262	85	3 271	1 367	683	93
Sagres	670	33	57	-	2	354	153	68	3
Salmourão	1 222	55	106	14	-	686	266	87	8
Sandovalina	1 024	77	62	63	3	614	129	70	5
Santa Mercedes	743	51	83	57	11	387	132	19	3
Santo Anastácio	5 848	161	493	156	12	3 144	1 132	728	22
Santo Expedito	723	18	92	11	3	369	194	36	-
São João do Pau d'Alho	496	52	23	33	3	208	114	57	6
Taciba	1 491	37	160	42	8	796	322	120	6
Tarabai	1 795	53	156	27	7	1 049	348	139	16
Teodoro Sampaio	6 017	144	630	305	102	3 087	1 207	461	82
Tupi Paulista	2 857	114	243	111	24	1 333	504	496	31

Quadro 13: 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente-SP

Total de pessoas que frequentam escola ou creche

Fonte: Microdados da amostra do Censo 2010. Org.: Engel, P.E, 2012

Estes dados devem ser relacionados com os dois quadros que se seguem, pois temos que relacionar a oferta e a demanda por instituições de ensino.

Alistamos então, as cidades com maior população estudante e a quantidade de instituições de ensino presente em cada cidade (quadro).

Escolas Município	Escolas - Ensino fundamental - 2009	Escolas - Ensino médio - 2009	Escolas - Ensino pré-escolar
Adamantina	11	8	9
Alfredo Marcondes	1	1	1
Álvares Machado	10	3	11

Anhumas	2	1	1
Caiabu	3	1	2
Caiuá	4	2	1
Dracena	15	7	12
Emilianópolis	1	1	1
Estrela do Norte	2	1	1
Euclides da Cunha Paulista	10	5	5
Flora Rica	1	1	1
Flórida Paulista	5	1	2
Iepê	3	1	1
Indiana	4	1	1
Inúbia Paulista	2	1	1
Irapuru	2	1	1
Junqueirópolis	6	3	8
Lucélia	6	2	4
Marabá Paulista	3	1	1
Mariápolis	2	1	1
Martinópolis	8	4	7
Mirante do Paranapanema	19	8	9
Monte Castelo	2	1	1
Nantes	2	1	1
Narandiba	1	1	1
Nova Guataporanga	2	1	1
Osvaldo Cruz	14	7	13
Ouro Verde	2	1	1
Pacaembu	3	2	1
Panorama	6	2	2
Paulicéia	2	1	1
Piquerobi	2	1	1
Pirapozinho	12	6	14
Pracinha	2	1	1
Presidente Bernardes	7	2	5
Presidente Epitácio	21	9	8
Presidente Prudente	87	41	65
Presidente Venceslau	17	8	9
Rancharia	20	7	11
Regente Feijó	14	3	8
Ribeirão dos Índios	2	1	1
Rosana	17	7	10
Sagres	2	1	1
Salmourão	2	1	2
Sandovalina	1	1	2
Santa Mercedes	2	1	1

Santo Anastácio	10	5	4
Santo Expedito	2	1	1
São João do Pau d'Alho	2	1	2
Taciba	3	1	1
Tarabaí	1	1	1
Teodoro Sampaio	21	9	10
Tupi Paulista	5	2	6

Quadro 14: Número de escolas de educação básica na 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente-SP

Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2009. Org.: Engel, P.E, 2012

Em seguida, o quadro onde listamos as principais instituições de ensino superior na região de Presidente Prudente.

MUNICIPIOS	INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR			
Adamantina	Faculdades Adamantinenses Integradas-FAI www.fai.com.br			
Alfredo Marcondes	Não possui			
Álvares Machado	Não possui			
Anhumas	Não possui			
Caiabu	Não possui			
Caiuá	Não possui			
Dracena	Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"- UNESP Campus de Dracena	Faculdades de Dracena (UNIFADRA) www.fundec.edu.br/unifadra/		
Emilianópolis	Não possui			
Estrela do Norte	Não possui			
Euclides da Cunha Paulista	Não possui			
Flora Rica	Não possui			
Flórida Paulista	Não possui			
Iepê	Não possui			
Indiana	Não possui			
Inúbia Paulista	Não possui			
Irapuru	Não possui			
Junqueirópolis	Não possui			
Lucélia	Faculdade de Ciências Gerenciais e Orçamentos	Faculdade Municipal de Lucélia		

	Contábeis www.unifal-sp.com.br			
Marabá Paulista	Não possui			
Mariápolis	Não possui			
Martinópolis	Não possui			
Mirante do Paranapanema	Não possui			
Monte Castelo	Não possui			
Nantes	Não possui			
Narandiba	Não possui			
Nova Guataporanga	Não possui			
Osvaldo Cruz	Faculdade Municipal Wanda Bastos / Universidade Anhanguera/UNIDERP	Reges Osvaldo Cruz		
Ouro Verde	Não possui			
Pacaembu	Não possui			
Panorama	Não possui			
Paulicéia	Não possui			
Piquerobi	Não possui			
Pirapozinho	Não possui			
Pracinha	Não possui			
Presidente Bernardes	Não possui			
Presidente Epitácio	Grupo Educacional UNIESP			
Presidente Prudente	Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"- UNESP Campus Presidente Prudente	Universidade do Oeste Paulista- UNOESTE	Grupo Educacional UNIESP	Toledo
Presidente Venceslau	Grupo Educacional UNIESP			
Rancharia	FRAN-FACULDADE RANCHARIENSE			
Regente Feijó	Não possui			
Ribeirão dos Índios	Não possui			
Rosana	Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"- UNESP Campus de Rosana			
Sagres	Não possui			
Salmourão	Não possui			
Sandovalina	Não possui			
Santa Mercedes	Não possui			
Santo Anastácio	Não possui			
Santo Expedito	Não possui			
São João do Pau d'Alho	Não possui			
Taciba	Não possui			
Tarabaí	Não possui			

Teodoro Sampaio	Não possui			
Tupi Paulista	Não possui			

Quadro 15: Número de Instituições de ensino superior 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente-SP

Fonte: *websites* das instituições citadas. Org.: Engel, P.E, 2012

É visto que, quanto maior a população total, maior será a população que estuda em relação aos municípios menores. Adamantina, por exemplo, contém 7.917 habitantes estudando em todos os níveis, e conta com 11 escolas de ensino fundamental, oito de ensino médio, nove de ensino pré-escolar e uma instituição de ensino superior, chamada Faculdades Adamantinenses Integradas (FAI), esta recebendo universitários de municípios vizinhos também. Álvares Machado possui um número significativo de estudantes com 6 233, com 10 escolas de ensino, três escolas de ensino médio, 11 pré-escolas e nenhuma universidade. Onde estudam os 688 estudantes universitários e os 80 da pós-graduação? Quem quer estudar no ensino superior tem que se deslocar, mas essa questão será tratada no próximo quadro.

Outro município que merece ênfase é Dracena, onde 10.119 habitantes estão estudando, espalhados por 15 escolas fundamentais, sete escolas de ensino médio e 12 de ensino pré-escolar. Sobre a questão universitária, a cidade possui duas instituições de ensino superior, a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”- UNESP *Campus* de Dracena e Faculdades de Dracena (UNIFADRA), 1.478 estudantes universitários e 217 pós-graduandos.

Osvaldo Cruz é uma das cidades que tiveram destaque em todos os quesitos até aqui mencionados. Na educação não foi diferente. Apresenta 7.052 estudantes, conta com 14 escolas fundamentais, sete escolas de ensino médio e 13 escolas de pré-escola e duas instituições de ensino superior (Faculdade Municipal Wanda Bastos / Universidade Anhanguera/UNIDERP e a Reges Osvaldo Cruz) para 969 graduandos e 137 pós-graduandos.

Pirapozinho tem um total de 6.804 estudantes dentre eles 1.053 são universitários da graduação e 20 na pós-graduação. Nesta cidade não há universidades, mas há 12 escolas fundamentais, seis escolas de ensino médio e 14 escola de pré-escola.

Presidente Epitácio apresenta 11.206 habitantes em situação de estudante, desse total, 1.160 são graduandos e 166 pós-graduandos. Epitácio possui um campus da UNIESP e 21 escolas fundamentais, nove de ensino médio, e oito de pré-escolas.

Em Presidente Prudente, o maior centro urbano da região, dos seus 207.000 habitantes, 58.156 são estudantes. Desse total 9.083 são universitários e 1.265 alunos da pós-graduação. A cidade possui um rol de 87 escolas de ensino fundamental, 41 escolas de ensino médio, e 65 de ensino pré-escolar, um número bem mais expressivo, do que qualquer cidade da região. Na questão universitária, possui quatro instituições de ensino superior, que são elas: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”- UNESP *Campus* de Presidente Prudente, Universidade do Oeste Paulista- UNOESTE, Grupo Educacional UNIESP e TOLEDO, que recebem alunos, não só do município, mas de toda a região, de todo o estado e de outros estados da federação.

Dando continuidade a análise das cidades, apresentamos Presidente Venceslau, totalizando 9.005 estudantes, computando 17 escolas de ensino fundamental, oito ensino médio e nove de ensino pré-escolar. No entanto, deste total de alunos, 1000 são universitários, 127 são pós-graduandos, e nesta cidade tem somente uma instituição de ensino superior, uma filial da UNIESP.

A cidade de Rancharia conta também com uma instituição de ensino superior, a FRAN, e mais 20 escolas de ensino fundamental, sete de ensino médio e 11 de pré-escola, para um total de 7963 alunos regulares dentre eles 809 universitários, e 68 pós-graduandos.

Já a cidade de Rosana conta com 6.373 alunos, 683 universitários e 93 fazendo pós-graduação. Sobre a educação básica, há 17 escolas de ensino fundamental, sete de ensino médio e 10 de ensino pré-escola, já na educação de ensino superior, a cidade conta com um campus experimental da UNESP.

Enquanto que em Santo Anastácio tem-se 5.848 habitantes estudando, desse total, 728 cursam o ensino superior e 22 a pós-graduação. Para satisfazer a demanda do ensino básico, a cidade dispõe de 10 escolas de ensino fundamental, cinco escolas de ensino médio e quatro de ensino pré-escolar, mas não possui nenhuma instituição de ensino superior.

Por fim, temos a cidade de Teodoro Sampaio que se destacou pelo contingente de alunos, mas principalmente de escolas, um total de 6.017 alunos no município sendo que 461 são universitários e 82 pós-graduandos. Para um total de 21 escolas de ensino fundamental, nove de ensino médio e 10 de ensino pré-escolar, mas não conta com nenhuma instituição de ensino superior.

Apresentamos a cima os municípios que tiveram um destaque no total de alunos, relacionando com o total de escolas e, concomitantemente, as cidades com maiores quantidades de alunos, também tinham o maior número de escolas. Fizemos questão de salientar na análise a parcela da população de universitários dentro do

total de estudantes, pois em tese é essa parcela que irá se deslocar para dar continuidade aos seus estudos, já que a maioria das cidades não possui ensino superior, ou se possui não abrangem todos os cursos.

Por isso, elaboramos o quadro 16 que exhibe o total de estudantes que frequentam escola ou creche, dentro ou fora de seu município, lembrando que escola congrega as instituições de ensino superior.

Municípios	Pessoas que frequentavam escola ou creche			
	Total	Local da escola ou creche que frequentavam		
		Município de residência	Outro município	País estrangeiro
Adamantina	7 917	7 579	339	-
Alfredo Marcondes	841	656	185	-
Álvares Machado	6 233	5 003	1 230	-
Anhumas	1 031	860	171	-
Caiabu	1 099	980	119	-
Caiuá	1 299	1 062	237	-
Dracena	10 119	9 461	658	-
Emilianópolis	786	647	139	-
Estrela do Norte	727	658	70	-
Euclides da Cunha Paulista	2 777	2 533	244	-
Flora Rica	465	380	85	-
Flórida Paulista	2 816	2 363	447	6
Iepê	1 883	1 627	255	-
Indiana	1 191	936	256	-
Inúbia Paulista	857	751	106	-
Irapuru	1 541	1 285	253	3
Junqueirópolis	4 431	3 938	493	-
Lucélia	4 875	4 258	605	12
Marabá Paulista	1 085	915	171	-
Mariópolis	907	737	170	-
Martinópolis	5 886	5 164	722	-
Mirante do Paranapanema	4 641	4 052	581	8
Monte Castelo	910	753	156	-
Nantes	899	765	134	-
Narandiba	1 225	1 106	119	-
Nova Guataporanga	546	426	120	-
Osvaldo Cruz	7 052	6 194	859	-

Ouro Verde	1 962	1 788	175	-
Panorama	3 722	3 344	378	-
Paulicéia	1 691	1 497	194	-
Piquerobi	816	695	121	-
Pirapozinho	6 804	5 473	1 319	12
Pracinha	436	381	56	-
Presidente Bernardes	3 108	2 542	566	-
Presidente Epitácio	11 206	10 395	811	-
Presidente Prudente	58 156	56 580	1 576	-
Presidente Venceslau	9 005	7 941	1 064	-
Rancharia	7 963	7 178	785	-
Regente Feijó	5 243	4 191	1 051	-
Ribeirão dos Índios	542	433	108	-
Rosana	6 373	5 814	559	-
Sagres	670	555	115	-
Salmourão	1 222	1 092	130	-
Sandovalina	1 024	963	61	-
Santa Mercedes	743	676	67	-
Santo Anastácio	5 848	5 110	738	-
Santo Expedito	723	668	55	-
São João do Pau d'Alho	496	420	76	-
Taciba	1 491	1 282	208	-
Tarabai	1 795	1 562	230	3
Teodoro Sampaio	6 017	5 472	545	-
Tupi Paulista	2 857	2 390	467	-

Quadro 16: Pessoas que frequentavam escola ou creche dentro ou fora de seu município de residência.

Fonte: Dados de Amostra Censo 2010. Org.: Engel, P.E, 2012

Deste modo, podemos supor a quantidade de alunos que se deslocam. As cidades citadas anteriormente têm a maior parcela de pessoas se deslocando, devido ao maior número de estudantes no município. Mas não podemos nos atentar somente nos maiores números, mas sim na questão que todos os municípios têm um número razoável de estudantes que não são servidos pela disponibilidade de serviços em seu local de residência. São raros os municípios que o número de estudantes que saem é menor que 100.

Não podemos afirmar qual a direção que estes estudantes estão tomando, mas podemos ter em mente que as instituições de ensino superior da região,

principalmente as localizados em Presidente Prudente são as que recebem mais estudantes, pela relação oferta e demanda que os outros centros possuem. A sequência de fotos nos mostra o fluxo de veículos e ônibus nas universidades prudentinas.



Figura 8: Presidente Prudente. Fluxo de veículos enfrente a UNOESTE.

Fonte: Arquivo pessoal

A próxima figura 9 mostra o fluxo de ônibus de outros municípios, nas proximidades da UNOESTE (campus II). *Campus* este que fica próximo à rodovia Assis Chateaubriand, e muitos destes ônibus passam por outras universidades em sua linha, mas preferem esperar na UNOESTE- *campus* II, por ser mais afastado da cidade, sem problemas de estacionamento em ruas movimentadas como em frente ao *campus* UNESP, por exemplo. Tais figuras a seguir, com a só inferem a presença dos estudantes não mostram literalmente o fluxo.



Figura 9: Presidente Prudente UNOESTE. Fila de ônibus
 Fonte: arquivo pessoal.



Figura 10: Presidente Prudente UNOESTE campus II. Ônibus da Prefeitura de Regente Feijó.
 Fonte: Arquivo pessoal



Figura 11: Presidente Prudente. Proximidades da UNOESTE campus I. Ônibus de Martinópolis.

Fonte: Arquivo pessoal



Figura 12: Presidente Prudente. Proximidades da UNOESTE campus I. Fila de ônibus municipais

Fonte: Arquivo pessoal

6 CONCLUSÃO

Na tentativa de compreender as interações espaciais, a Geografia desenvolve inúmeros estudos, que priorizam as relações entre diferentes espaços urbanos. Com isso, os estudos sobre migrações se mostram importantes por fazer parte dessas interações, envolvendo vários campos do conhecimento, como a Demografia, a Sociologia, a Economia e, claro, a Geografia, integrando um vasto campo científico, ainda pouco desenvolvido, no âmbito dos movimentos pendulares, os quais nosso estudo se enquadra.

O foco de nosso trabalho foi estimar a centralidade de Presidente Prudente a partir dos movimentos pendulares. Assim, os debates e as comparações se concretizaram em torno da expressão da centralidade desempenhada pela cidade média, buscando exaltar a sua importância, articulando-a com sua hinterlândia.

A partir de leituras realizadas, quadros e gráficos analisados e os constantes desafios propostos por essa pesquisa, pudemos constatar a importância de Presidente Prudente perante outras cidades da região, principalmente no que se refere a seus aspectos econômicos e sociais. Baseados nos deslocamentos associados ao estudo e trabalho, pudemos propor algumas considerações.

Utilizamos dados sobre população para reafirmar característica de uma cidade média, que exerce sua área de influência, sendo que nenhum dos municípios da região ultrapassa 100 mil habitantes. Relacionando com o referencial teórico, fizemos menção os movimentos migratórios, identificando os estados de origem da população da região em estudo.

A partir disso, focamos dados que pudessem auxiliar a verificar os deslocamentos a fim de trabalho entre as cidades. Buscamos dados econômicos, mostrando o baixo número de estabelecimentos nas cidades do entorno em comparação a Presidente Prudente, dando ênfase na demanda que a cidade oferece.

Para auxiliar nessa questão, dispomos dos dados do IBGE sobre o município de trabalho do total de pessoas ocupadas. Ao analisar esses dados, pudemos inferir como a população está em movimento, grande parte dos trabalhadores não morando no mesmo local onde trabalha. Acrescentando outros dados, relacionamos a distância das cidades, com maior número de pessoas se deslocando a Presidente Prudente e ainda com a disponibilidade de horários de ônibus. Pudemos perceber que existe forte ligação entre essas cidades, visto a existência de grande quantidade de horários de transporte interurbano, relevando assim, alta demanda.

Já no tocante aos deslocamentos para o estudo, levantamos dados sobre o total de alunos de cada cidade, e a disponibilidade de escolas, em diferentes níveis e instituições de ensino superior. O número de escolas, numa primeira análise, satisfaz a demanda de cada cidade, diferentemente das instituições de ensino superior.

Entre as 10 instituições de ensino superior existentes na região, as quatro maiores estão centradas em Presidente Prudente, as demais, são pequenas, como, por exemplo, os *campi* da UNESP de Dracena e Rosana que possuem somente um curso de graduação. A de maior expressão fora de Presidente Prudente é a FAI, em Adamantina.

O movimento dos estudantes é visto em outro quadro, a qual mostra o número de alunos que não estudam em seu município. A partir disso podemos apontar que Presidente Prudente é o destino da maioria dos estudantes da região, pois as cidades do entorno não tem equipamentos para oferecer a essa parte da população.

Todos estes aspectos nos fazem pensar sobre a centralidade de Presidente Prudente e, assim, dimensionar os deslocamentos pendulares para estudo e trabalho no âmbito da rede urbana. Porém não podemos afirmar categoricamente, pois no período de vigência da bolsa que resultou nesta monografia, não aplicamos questionários específicos sobre os deslocamentos na população. Aguardamos os resultados dos Microdados da Amostra do Censo 2010 que seriam divulgados no segundo semestre de 2012, mas houve um atraso nas publicações e tais dados só serão disponibilizados em meados de dezembro. A falta desses dados prejudicou a confirmação de nossa hipótese, tanto quanto demonstram novas possibilidades de trabalho.

Entretanto, este fato não desmerece a pesquisa, que utilizou dados inéditos, sobre migração e deslocamentos, que servirão de base para vários estudos posteriores.

Pelas possibilidades de diferentes investigações que este estudo proporciona não se hesitará em dar continuidade a tal, em outro nível, procurando utilizar os dados publicados no IBGE e aplicar questionários, seguindo um cronograma mais elaborado e ampliado e a possível comparação entre duas cidades médias.

Por fim, como fruto de uma pesquisa de iniciação científica, esta monografia nos proporcionou um grande aprendizado em cada uma das etapas percorridas, estimulando a continuidade nos estudos urbanos em um nível de mestrado, por exemplo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Dióres. Santos. **Formação histórica de uma cidade pioneira paulista: Presidente Prudente**. Presidente Prudente: FFCLPP, 1972.

AMORIM FILHO. Oswaldo Bueno. Origens evolução e perspectivas dos estudos sobre cidades médias. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (Org.). Cidades Médias: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p.69-88

BARCELLOS, Tanya M. JARDIM, Maria de Lourdes de. Movimentos pendulares no Rio Grande do Sul: um foco sobre as aglomerações urbanas*. In: XVI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15., Caxambú–MG, 2008

BEAUJEU-GUARNIER, Jaqueline. **Geografia Urbana**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1975.

BECKER, O. M. S. **Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos**. In: CASTRO, Iná E. et al. Explorações Geográficas. Rio de Janeiro. Ed. Bertrand Brasil. 1997

BOMTEMPO, Denise Cristina. **Migração, indústria e cidade média**. Anais do XVII Encontro Nacional de Geógrafos - XVII ENG Belo Horizonte – 22 a 28 de julho de 2012 UFMG – Campus Pampulha

BRUMES, Karla Rosário. **Redes em espaços migratórios em Uberlândia- SP**. 2010, 280 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente.

CAMAGNI, Roberto. **Organisation économique et réseaux de villes**. In: SALLEZ, Alain (Dir.) Les villes, lieux d'Europe. Paris, DATAR, Éditions de l'Aube, 1993, p.107-28.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **A sociedade em redes – (A era da informação: economia, sociedade, espaço e cultura)**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLO BRANCO, Maria Luísa Gomes. **Algumas Considerações sobre a identificação de Cidades Médias**. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (Org.). Cidades Médias: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p.89-112

CATELAN, Márcio José. **Heterarquia Urbana: Interações espaciais interescares e cidades médias**. 2012, 224 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente.

CATÃO, Rafael de Castro. REOLON, Cleverson Alexsander, MIYASAKI, Vitor Koiti. **Interações Espaciais: Uma Reflexão Temática**. Caminhos de Geografia Uberlândia v. 11, n. 35 Set/2010 p. 231 - 239

CHRISTALLER, Walter. **Central places in Southern Germany**. New Jersey: Prentice-hall, 1966. 230p.

CORREIA, Roberto Lobato **Construindo o conceito de cidade média**. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (Org.). Cidades Médias: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007.p 23-33 .

_____. **Interações espaciais**. In: CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo César da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato. *Explorações geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 279-318.

_____. **A rede urbana**. São Paulo: Ática, 1989. 96p

DIAS, Leila Cristina. **Redes: emergência e organização**. CASTRO, I.E; GOMES, P.C C&CORREIA, R.L (Org.) Geografia: conceitos e teorias. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p.141-162.

FERREIRA, Sandra Cristina. **Rede urbana, cidades de porte médio e cidades médias: estudos sobre Guarapuava no estado do Paraná**. 2010. 289 f. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente.

FIBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Região de Influência das cidades. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 2007.

GARCEZ, Kedma Madalena Gonçalves. **Centro e centralidade em São Luís do Maranhão**. Geografia (Mestrado). Presidente Prudente, UNESP, 2009.

GEORGE, Pierre. **Geografia Urbana**. São Paulo: DIFEL, 1983.

JARDIM, Maria de Lourdes; BARCELLOS, Tanya M. de. **Movimentos pendulares no Rio Grande do Sul: um foco sobre as aglomerações urbanas**. In: XVI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15, Caxambu–MG, 2008.

JOHNSON, James H. **Geografia Urbana**. Barcelona: Oikos-tau, 1974.

LEITE, J. F. **Alta Sorocabana e o espaço polarizado de Presidente Prudente**. Presidente Prudente: FFCLPP, 1972.

MELCHIOR, Lirian. **Mobilidade pendular e territorialidade dos trabalhadores da Baixada Fluminense –RJ**. Anais do XVII Encontro Nacional de Geógrafos - XVII ENG Belo Horizonte – 22 a 28 de julho de 2012 UFMG – Campus Pampulha

_____ **Redes Sociais e migrações Laborais: múltiplas territorialidades. A Constituição da rede nipo-brasileira em Ourinhos (SP) e no Japão**. 225 f. (doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2008

MIYASAKI, Vitor K. **Um estudo sobre o processo de aglomeração urbana: Álvares Machado, Presidente Prudente e Regente Feijó**. Dissertação (Mestrado em Geografia) Presidente prudente, UNESP, 2008.

MOURA, Rosa. CASTELLO BRANCO, Maria. Lucia Gomes. FIRKOWISKI, Olga. Lucia .C. de. **Movimento pendular e perspectivas de pesquisas em aglomerados urbanos**. São Paulo em Perspectiva. São Paulo: Seade, v.19, n.4, 2005.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: **Território de sociedade no início do século XXI**. São Paulo; Rio de Janeiro: Record, 2011

_____. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Edusp, 2005.

_____. Manual de Geografia Urbana. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1989.

_____. *Espaço e Sociedade*. Rio de Janeiro 2. ed: Vozes, 1982

SEADE. **Dados sobre a economia e a população paulista**. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>>. Acesso em várias datas.

RANDOLPH, Rainer. ARAÚJO, Aramis Cortes de. OTTONI Francisco. **Urbanização e mobilidade: a diversidade do movimento pendular entre a metrópole do Rio de Janeiro e sua área peri-metropolitana em 2000**. Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú- MG – Brasil, de 29 de setembro a 03 de outubro de 2008.

SPOSITO, Eliseu Savério **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

_____. **Migração e permanência das pessoas nas cidades pequenas: os casos de Pirapozinho e Álvares Machado na Alta Sorocabana**. 1982. 238 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, São Paulo.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; ELIAS, Denise; SOARES, Beatriz; MAIA, Doralice; TORRES, Edvânia. **O estudo das cidades médias brasileiras**. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). Cidades médias: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p.35-67

_____. **As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos**. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). Urbanização e cidades: perspectivas geográficas. Presidente Prudente: Gasperr, FCT, UNESP, 2001

_____. *O chão em Presidente Prudente: a lógica da expansão territorial urbana*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro, 1983.

VENANCIO, Aline da Costa. SOUZA, Dreico Esli. **Migração Pendular em Bela Vista do Paraíso – PR**. Anais do XVII Encontro Nacional de Geógrafos - XVII ENG Belo Horizonte – 22 a 28 de julho de 2012 UFMG – Campus Pampulha

_____. **O deslocamento pendular da cidade de Bela Vista do Paraíso para Londrina. Bela Vista do Paraíso**. 2011

Whitacker, Arthur Magon. **A produção do espaço em Presidente Prudente: uma discussão sobre a centralidade urbana**. 1997. 301f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP.

_____. **Reestruturação urbana e centralidade em São José do Rio Preto – SP**. 2003. 243f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

Websites acessados:

Andorinha Linhas de ônibus: <http://www.andorinha.com/>

Banco de dados do IPEA: <http://www.ipeadata.gov.br/>

Censo Populacional 2010: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/resultados>

Cidades da 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente acesso em varias datas.

IBGE/ CIDADES: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>

www.adamantina.sp.gov.br

www.alfredomarcondes.sp.gov.br
www.alvaresmachado.sp.gov.br/
www.anhumas.sp.gov.br
www.caiua.sp.gov.br/
<http://www.dracena.sp.gov.br/>
www.pmemilianopolis.com.br/
www.estreladonorte.sp.gov.br
www.euclidesdacunha.sp.gov.br/
www.florarica.sp.gov.br/
www.floridapaulista.sp.gov.br/
www.iepe.sp.gov.br/
www.indiana.sp.gov.br/
www.inubiapaulista.sp.gov.br/
www.irapuru.sp.gov.br
www.junqueiropolis.sp.gov.br/
www.nossalucelia.com.br/
www.marabapaulista.sp.gov.br/
www.martinopolis.sp.gov.br
www.portalmirante.com/
www.nantes.sp.gov.br/
www.narandiba.sp.gov.br/
www.novaguataporanga.sp.gov.br/
www.osvaldocruz.sp.gov.br/
www.pacaembu.sp.gov.br/
www.panorama.sp.gov.br/
www.piquerobi.sp.gov.br/
www.pirapozinho.sp.gov.br/
www.presidentebernardes.sp.gov.br/
www.presidenteepitacio.com.br/
www.presidenteprudente.sp.gov.br/
www.rancharia.sp.gov.br/

www.regentefeijo.sp.gov.br/

www.ribeiraodosindios.sp.gov.br/

www.rosana.sp.gov.br/

www.sagres.sp.gov.br/

www.sandovalina.sp.gov.br/

www.santoanastacio.sp.gov.br/

www.santoexpedito.sp.gov.br/

www.paudalho.sp.gov.br/

www.taciba.sp.gov.br/

www.tarabai.sp.gov.br/

www.teodorosampaio.sp.gov.br/ www.tupipaulista.sp.gov.br/

Jandaia linha de ônibus: [http://www.jandaiatransportes.com.b](http://www.jandaiatransportes.com.br)